

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR  
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**A CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)  
ACERCA DO TRABALHO DE ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA  
AGRÁRIA NO RS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Antonio Cossetin de Oliveira**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2011**

**A CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES  
RURAIS SEM TERRA (MST) ACERCA DO TRABALHO DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DA  
REFORMA AGRÁRIA NO RS.**

**Antonio Cossetin de Oliveira**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista**

**Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vivien Diesel**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Rurais  
Curso de Especialização em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo**

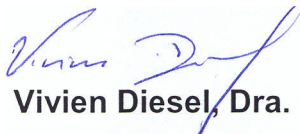
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**A CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA (MST) ACERCA DO TRABALHO DE ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO RS**

Elaborada por  
**Antonio Cossetin de Oliveira**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo**

**Comissão examinadora:**



**Vivien Diesel, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM)**

**Renato Santos de Souza, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, Agosto de 2011.

## AGRADECIMENTO

A busca do conhecimento que possa nos ajudar a entender melhor a realidade não tem limite de idade. Nas palavras de Paulo Freire: **“sempre é tempo de aprender, sempre é tempo de ensinar.”** O conhecimento democratizado é uma troca coletiva e social da humanidade. A todo o momento, em qualquer lugar do mundo, novas coisas vão sendo descobertas, o saber vai sendo construído e reconstruído sem que seja adequadamente distribuído, remetendo a metáfora de um grande latifúndio que precisa ser desapropriado, democratizado e estar materializado na cultura das camadas mais empobrecidas da sociedade.

Com essas palavras queremos agradecer ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do qual faço parte de sua militância há 20 anos, por esta oportunidade de estudo que nos foi concedida, salientando que, mesmo nas duras lutas, mantivemos o interesse para o estudo, não só neste momento, mas também em outros momentos anteriores. Este Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo foi realizado através da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entretanto sua elaboração e aprovação requereu contribuição de outras instituições parceiras como CNPq, que financiaram com recursos públicos todas as etapas do curso.

Sentimos muito por não chegar ao final do curso com todos os colegas que começaram as aulas no dia 01 de outubro de 2009. Alguns deles fizeram questão, por vontade própria, de não levar a sério os estudos; outros, tiveram dificuldades de continuar com os estudos devido as exigências profissionais de trabalho nos tempos comunidades, outros não realizaram as apresentações dos trabalhos conforme estavam combinados.

A todos (as) os colegas, quero agradecer pela oportunidade de serem parte nessa troca do saber que tivemos nas diferentes áreas do conhecimento, onde juntamos Ciências Rurais, com Ciências Humanas, Economia Política, entre outras.

Quero também agradecer aos educadores (as) que se somaram juntos nesta empreitada, tanto nas aulas, nas disciplinas, como nas tarefas a campo, ou no acompanhamento nos eixos temáticos. A todos ficam as lembranças, no entanto, alguns são especiais, pois marcaram muito, a exemplo do Professor Coordenador, Pedro Neumann com quem convivemos desde as primeiras reuniões, quando

começamos a discutir a criação do curso.

À minha orientadora, Professora Vivien Diesel, que desde as primeiras aulas de metodologias participativas promovia a confusão, devido a profundidade do conteúdo, mas tratava as questões com grande sensibilidade e capacidade intelectual.

Aos meus familiares quero agradecer pelo carinho que recebo de vocês. À minha Companheira, também colega de curso, Maria Isabel, com quem compartilhamos o caminho da Universidade nestes dois anos juntos estudando pois muitos trabalhos do tempo comunidade fazíamos juntos, em dupla. Às três filhas Veronica, Raqueli e Camila, e às netas Mahassen, Maria Eduarda e a Mandi, mais o futuro neto Matias, que em breve vai nascer. A todas (os) vocês que são parte de minha vida, todo meu carinho e apreço.

## **RESUMO**

Monografia de Conclusão de Curso  
Curso de Especialização em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo  
Projeto Residência Agrária  
Convênio PRONERA/INCRA  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) ACERCA DO TRABALHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO RS**

Autora: Antonio Cossetin de Oliveira

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vivien Diesel

Data e Local da Defesa: Santa Maria, Agosto de 2011.

O objetivo deste estudo foi caracterizar a concepção do MST para a Assistência Técnica em assentamentos rurais no RS. Foi, inicialmente, realizado um resgate histórico das experiências de assistência técnica anteriores, com ênfase no primeiro programa nacional, denominado Lumiar. Essa experiência constituiu referencial importante para o MST e nela os técnicos haveriam de atuar tanto como assessores técnicos na área da produção, com competência técnica para tanto, e agente político, entendendo toda a demanda política interna e externa do MST. Para caracterizar a concepção atual foram realizadas entrevistas a técnicos e lideranças dirigentes de diversos núcleos operacionais da COPTEC, com experiência acumulada sobre a assistência técnica. Observou-se que os entrevistados não apresentaram uma posição unânime sobre a concepção de assistência técnica, divergindo especialmente quanto a atuação do técnico no âmbito político. Assim, não se pode falar de concepção única de assistência técnica, partilhada por todas as instâncias organizativa do MST.

**Palavras-chave:** MST. Assistência técnica. Reforma agrária.

## **ABSTRACT**

Monografia de Conclusão de Curso  
Curso de Especialização em Agricultura Familiar  
Camponesa e Educação do Campo  
Projeto Residência Agrária  
Convênio PRONERA/INCRA  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A CONCEPÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) ACERCA DO TRABALHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO RS**

Author: Antonio Cossetin de Oliveira

Adviser: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vivien Diesel

Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

The aim of this study was to assess how the Landless Worker Movement (MST), based on its experience on Technical Assistance, could build up and form its own conception regarding technical assistance in the settlements. A historical review of the experiences done in the first program called Lumiar was performed and shows how the MST managed the profile of the technicians based on both experiences of being a technician with technical expertise and a political agent understanding all the domestic and foreign policy demand of the MST. The methodology used for study of actual conception was based in the interviews with the selected participants who were mostly technical and militant leaders of the various operational units of the Cooperative of Technical Service Assistance (COPTEC). As a final result, we can assure that MST did not have an unanimous position on the unique conception of all the instances of the organizational MST because there are divergences about the political actuation of technicians.

**Keywords:** MST. Technical assistance. Agrarian reform.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
1.1 Objetivos .....	11
1.1.1 Objetivo geral .....	11
1.1.2 Objetivos específicos.....	11
1.2 Metodologia.....	11
2 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, CONCENTRAÇÃO DOS RECURSOS, PERDA DE AUTONOMIA NA AGRICULTURA E BUSCA POR ALTERNATIVAS....	15
2.1 Das origens da agricultura à dominância das corporações capitalistas agroindustriais .....	15
2.2 O Brasil e a ocupação do território subordinada aos interesses dos grandes grupos econômicos .....	17
2.3 A Origem do MST.....	20
2.4 A constituição de novas referências para a organização da produção no âmbito dos assentamentos rurais do MST.....	22
2.5 O MST e a construção e revisão de referências alternativas como parte da luta	24
3 A QUESTÃO DO ACESSO E DA ORIENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	26
3.1 Origem e evolução da “extensão rural” .....	26
3.2 Evolução da política pública de assistência técnica para assentamentos rurais.	28
3.3 O LUMIAR e a sistematização de referência para atuação do técnico em assentamentos rurais do MST.....	30
3.4 O Programa de ATES do INCRA .....	33
4 A CONCEPÇÃO DO MST EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	35
4.1 Referências acerca do ideal da assistência técnica .....	35
4.1.1 A construção de um projeto de assistência técnica com grande organicidade política com o movimento.....	35
4.1.2 A construção de um projeto de assistência técnica a serviço do desenvolvimento dos assentamentos .....	38
4.2 Métodos de trabalhar a assistência técnica nos assentamentos.....	40



4.3 O perfil dos técnicos.....	42
4.4. Desafios para viabilizar concepção do MST.....	45
5 AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA ATUAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ASSENTADOS.....	47
5.1 Avaliação da política de ATEs do INCRA/RS .....	47
5.2 Avaliação da relação entre técnicos - COPTec-famílias assentadas .....	49
5.3 Alternativas para melhoria da assistência técnica.....	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	60

# 1 INTRODUÇÃO

Quando optamos em fazer este curso pensamos que poderíamos ter algumas dificuldades porque nossa formação acadêmica vem da área das Ciências Humanas, enquanto que este Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo está vinculado às Ciências Rurais. Entendemos que superar os desafios estava nas metas de todos (as) aqueles (as), das diversas áreas do conhecimento, que abraçaram o compromisso de levar este curso a sério.

O primeiro passo em direção a este trabalho foi escolher o objeto de pesquisa, identificar uma temática que viesse ao encontro do objeto de estudo do eixo de Políticas Públicas. As discussões apontaram para uma pesquisa que pudesse falar da experiência do trabalho da assistência técnica nos assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

A formação de historiador influenciou na abordagem do tema, levando este a ser contextualizado em sua evolução histórica. Assim, o trabalho de pesquisa iniciou com uma contextualização histórica das diferentes fases de resistência e sobrevivência da humanidade, desde a coleta de frutas e a caça no período das tribos nômades até o surgimento da agricultura, incluindo a domesticação das sementes junto com a domesticação dos animais em diferentes regiões do mundo.

Nesta trajetória percebemos que a disputa pelo espaço, a luta pela redistribuição do território e dos recursos naturais foram uma constante na história da humanidade, mas se acentuaram com as contradições geradas pelo Capitalismo. Nesse contexto, o antagonismo dos interesses das distintas classes no meio rural levou ao surgimento da luta social no campo, à origem do MST na defesa dos Sem Terra e ao questionamento sobre a Justiça Social no modelo de sociedade vigente no Brasil. Mesmo com a mobilização social, as reivindicações por justiça não são levadas a sério dentro do atual modelo de produção. Como resultando, os avanços se dão a partir da criação, por força da luta, de assentamentos rurais no Brasil.

Nos assentamentos se localizam as experiências de assistência técnica do MST. Sob esta perspectiva, a questão da assistência técnica representa uma luta pela redistribuição do conhecimento técnico-científico, a qual resulta em políticas

públicas, às vezes mais, às vezes menos estruturadas.

A primeira experiência de assistência técnica desenvolvida nos assentamentos do MST apresentou-se como um projeto neoliberal, mas “acendeu uma luz no fim do túnel” e materializou-se na criação de um serviço que deveria ser do Estado, mas que o MST teve a capacidade de coordenar, o qual foi o denominado Projeto LUMIAR. Com o LUMIAR foi criada a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec) que atua até hoje na assistência técnica às famílias assentadas no Rio Grande do Sul (RS).<sup>1</sup>

Os princípios da assistência técnica para assentados afirmados pelo Projeto LUMIAR - com seus acordos e desacordos sobre atuação dos técnicos - constituíram o início de um longo debate e amadurecimento da experiência nas instâncias do MST, envolvendo as Regionais, com centenas de famílias nos assentamentos do MST- pelo RS e várias grandes regiões do Brasil.

Este estudo, portanto, vem ao encontro do objetivo de analisar a concepção de assistência técnica desenvolvida pelo MST no RS, desde a experiência do primeiro Convênio do LUMIAR até os dias de hoje, em que está em andamento a experiência do INCRA, de contratação dos serviços de diferentes prestadoras, como parte do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES). A questão orientadora da pesquisa é: Qual é a concepção do MST com relação à política de assistência técnica desenvolvida nos assentamentos do Rio Grande do Sul? Na abordagem da questão da concepção do MST, focamos a questão do papel e o perfil do técnico e a questão do método de trabalho, abrangendo, complementarmente, uma avaliação da conjuntura atual da assistência técnica para os assentados com relação à política do INCRA, relações técnico-prestadora-famílias e alternativas para melhoria dos serviços.

Entendemos que, ainda que este trabalho seja insuficiente para o completo esclarecimento dessas questões, ele traz alguns elementos que podem ajudar na compreensão de como se desenvolveu a experiência política de assistência técnica nos assentamentos do MST no Rio Grande do Sul (RS), principalmente no período

---

<sup>1</sup> “A COPTec é uma sociedade cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária, fundada em 1996 com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo da sua trajetória, a COPTec tem suas ações direcionadas à luta em favor dos direitos das famílias assentadas, através da constante assistência técnica voltada à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável.” (texto de apresentação da organização, constante em <http://www.coptec.org.br/coptec.html>.)

de 1997 até os dias de hoje, abordando os desafios vivenciados atualmente.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Caracterizar a concepção do MST para a assistência técnica em áreas de Assentamentos da Reforma Agrária no RS.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- Apresentar um resgate histórico das diferentes políticas de assistência técnica desenvolvidas pelo INCRA, nos Assentamentos do MST do RS, a partir da década de 90;
- Descrever como o MST idealiza a atuação, o perfil e a metodologia utilizada pelos técnicos das equipes de assistência técnica nos assentamentos do RS;
- Avaliar a visão de representantes do MST acerca da conjuntura atual da ATEs, quanto às políticas do INCRA, relações técnico-COYTEC-família e alternativas de melhoria.

## **1.2 Metodologia**

A partir da escolha do tema, a preocupação foi a busca de um referencial teórico que pudesse dar o mínimo de subsídio ao estudo, sabendo que nessa área específica, até o presente momento, não existem muitas obras publicadas.

Inicialmente fizemos uma abordagem da obra “Armas, Germes e Aço”, de Jared Diamond (2003) que permite uma contextualização histórica com a abrangência desejada, situando a origem da agricultura e a domesticação das sementes e dos animais.<sup>2</sup>

Para abordagem da evolução da extensão rural estudamos o texto de Peixoto (2008) que faz um resgate da origem da Extensão Rural, associando-a ao modelo cooperativista clássico que surgiu na Inglaterra no século XIX.

O estudo do contexto que evidencia a dizimação dos povos indígenas teve como base o livro “O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, de Darci Ribeiro (1999).

No que se refere ao enfoque sobre a destruição das florestas de Pau – Brasil, a extração de Minérios, a produção de matéria prima como cana-de - açúcar, café, entre outros, tivemos como subsidio o livro “O poder do Café”, de José Luiz Werneck da Silva (in memoriam), Lúcia Maria Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado (1999).

Com relação a historia e à origem do MST, abordamos uma referência do livro “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, de Roseli Salette Caldart (2004).

A questão da assistência técnica nos assentamentos é abordada com base em um dos únicos textos do MST, referenciado como sobre a temática da assistência técnica, intitulado Metodologia de Trabalho e de Inserção da Assistência Técnica no MST, publicado pela CONCRAB em 2004, o qual faz um resgate das primeiras experiências de assistência técnica em áreas de assentamentos no Brasil. Ele expõe a estratégia da assistência técnica do MST e faz considerações sobre o perfil dos técnicos.

A obra “A Máfia dos Alimentos”, de Sebastião Pinheiro, embasa a crítica sobre o perfil dos técnicos contratados para trabalhar com o MST. Complementarmente, utilizamos um texto de autoria própria, escrito em 2004, intitulado “Possibilidades e Limites da Cooperação Agrícola no MST- RS” para abordar modelos produtivos e de organização social nos assentamentos. O programa recente de ATES do INCRA/RS é caracterizado a partir do trabalho de

---

<sup>2</sup>Recorremos ao texto Oliveira (2005), que é um artigo não publicado de contextualização histórica fundamentado na obra de Armas, Germes e Aço de Jared Diamond, feito como trabalho de disciplina “Pré-história” no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Paraíba.

Vinicius Dalbianco (2010), que elaborou dissertação de mestrado sobre ATES no RS.

A abordagem da temática sobre agroecologia tem por base dois textos: O primeiro intitula-se “Agroecologia Militante”, e consiste numa contribuição de Enio Guterres (2006). O segundo intitula-se a “Agroecologia e a Crise Civilizatória,” de Luiz Carlos Pinheiro Machado (2009).

Além do referencial teórico, esta pesquisa tem nas entrevistas, outro foco importante de obtenção de subsídios para as discussões. Elas constituem a principal fonte de dados para descrever como o MST idealiza a atuação, o perfil e a metodologia utilizada pelos técnicos das equipes de assistência técnica nos assentamentos do RS e para avaliar a conjuntura atual da ATES, quanto às políticas do INCRA, relações técnico-COPEX-família e alternativas de melhoria.

As entrevistas foram realizadas respeitando-se os seguintes princípios:

- Haveriam de ser realizadas pessoalmente pelo pesquisador,<sup>3</sup>
- A abordagem ao entrevistado haveria de ser feita por meio de questões abertas;
- As pessoas a serem entrevistadas seriam aquelas que detêm “acumulo” de reflexão sobre a questão da assistência técnica no MST, abrangendo tanto técnicos quanto lideranças do movimento.<sup>4</sup>

As entrevistas foram orientadas por cinco questões abertas. São elas:

- Qual a concepção do MST com relação à política de assistência técnica desenvolvida nos assentamentos da Reforma Agrária do RS?
- Como o MST trabalha o método de assistência técnica, e como deveria ser a atuação e o perfil dos técnicos, contratados nas equipes de assistência técnica do MST?
- Essa política pública de assistência técnica, atende a demanda e os desafios das famílias assentadas?

<sup>3</sup> Consideramos que a trajetória do pesquisador como integrante do MST conferia legitimidade à pesquisa promovendo mais comprometimento dos entrevistados com as suas respostas.

<sup>4</sup> Dada a trajetória do pesquisador como integrante do MST teve facilidade em identificar as pessoas que detinham este acumulo.

- Como se dá a relação dos técnicos com a COPTec, junto com as famílias assentadas?

- Em sua opinião, como técnico ou assentado, o que poderia ser feito para melhorar o desempenho do trabalho da assistência técnica nos assentamentos?

Na seleção dos entrevistados buscamos considerar a visão de técnicos e a visão de lideranças do movimento. Do grupo de entrevistados<sup>5</sup>, cinco dentre eles são homens e três são mulheres. Destes entrevistados, seis desempenham a função técnica e dois a função de liderança. As questões orientadoras das entrevistas foram aplicadas pessoalmente a cinco entrevistados e encaminhadas via *e-mail* a três entrevistados - que receberam as perguntas e responderam também via e-mail.

Assim, concluídas as entrevistas, procedemos à análise das mesmas, sistematizando-as com vistas a distinguir as diferentes concepções dos entrevistados, quanto às suas visões acerca do objeto estudado. Depois de analisadas as entrevistas, os seus conteúdos e informações foram classificados, relacionando-os aos objetivos específicos da pesquisa.

---

<sup>5</sup> Neste trabalho, os entrevistados são identificados com algarismos romanos por ordem de entrevista (de I a VIII).

## **2 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, CONCENTRAÇÃO DOS RECURSOS, PERDA DE AUTONOMIA NA AGRICULTURA E BUSCA POR ALTERNATIVAS.**

### **2.1 Das origens da agricultura à dominância das corporações capitalistas agroindustriais**

Ao optamos por situar o desenvolvimento da agricultura na história da humanidade, podemos dizer que o ser humano mesmo sendo uma criatura frágil, que merece muito cuidado nos primeiros anos de vida, conseguiu ter uma heroica resistência para poder enfrentar as forças da natureza e multiplicar a sua espécie. Desde o início, por uma longa trajetória, de centenas de milhares de anos, os humanos viveram, exclusivamente, alimentando-se da coleta de alimentos no meio natural, que ali se tornavam disponíveis através da coleta de frutos, da caça e pesca. Quando perceberam que a semente em contato com a terra se transformava, germinando e constituindo uma nova planta, multiplicando-se os frutos acessíveis, concluíram que isto representava um aumento na possibilidade de variar a alimentação: estavam então, descobrindo uma nova técnica de lidar com a Terra, surgindo, neste momento, a descoberta da agricultura. No início, as novas técnicas nasceram da experiência acumulada de geração em geração, com a predominância do conhecimento empírico, de modo que as sociedades percorreram uma longa trajetória antes de se encontrarem com o conhecimento científico, mais elaborado.

Os estudos demonstram que a técnica da agricultura não foi desenvolvida em territórios férteis de países que se dizem hoje, no modelo capitalista, lideranças na produção mundial como os Estados Unidos, Inglaterra, França, Indonésia e na África Subequatorial. Os primeiros vestígios do surgimento da agricultura aconteceram em áreas que estavam longe de apresentar uma boa fertilidade. Hoje estas áreas são consideradas muito secas e grande parte delas se transformou em desertos ambientalmente degradados, como as regiões onde estão localizados o Iraque e o Irã, no Oriente Médio, a China, na Ásia, o Norte Africano e, na América Central, o México. Nessas regiões, mesmo com um solo de baixa fertilidade -na época- para



atividade de produção de alimentos, a agricultura e a domesticação de animais se desenvolveram porque os frutos, a caça e a pesca eram muito escassas. Devido à baixa fertilidade do solo, os povos que ali existiam tiveram que se adaptar às condições locais e desenvolveram novas habilidades, de modo que a agricultura e a domesticação de animais estavam entre suas prioridades para assegurar resistência e sobrevivência frente às condições adversas do meio. Geograficamente, a região onde a agricultura deu seus primeiros passos é denominada como “Crescente Fértil”, abrangendo os territórios de Israel, Irã, Iraque e Turquia (DIAMOND apud OLIVEIRA, 2004a).

Nessa região do “Crescente Fértil”, mesmo que a qualidade da terra fosse questionável, foi domesticada uma das primeiras plantas que veio a ser conhecida hoje em todo mundo - o trigo - uma planta nativa natural daquele território. Essa planta foi domesticada por volta de 8.500 anos a.C e logo ela já estava servindo de alimentação para muitos povos. A mesma semente chega à Grécia a 6500 a.C e dali se espalhou para outras partes do mundo. Das mais de 200 mil espécies de plantas nativas descobertas até o período atual, algumas milhares já foram experimentadas como alimento para o ser humano e outras centenas delas oferecem suprimento para a dieta ou servem de cura para muitas doenças. Mas, apenas pouco mais de uma dúzia foram selecionadas e domesticadas, sendo mantidas para servir de alimentação, e estas são utilizadas por mais de 80% da população mundial até os dias de hoje em todas as culturas e civilizações. Dentre elas estão: o trigo, a cevada, o arroz, o milho, a mandioca, a batata doce, os legumes, a beterraba, a banana, a cana-de-açúcar, a soja e a batata. Somente esses alimentos fornecem mais de 50% das calorias consumidas pela população do planeta. Deste modo, cabe reconhecer que quando estamos sentados em torno da mesa nos alimentando, muito vezes, não damos a importância para os alimentos que estamos consumindo e desconsideramos sua trajetória histórica e a contribuição de cada um dos indivíduos em diferentes períodos históricos, na garantia de sua permanência de gerações a gerações. (DIAMOND apud OLIVEIRA, 2004a).

Com o desenvolvimento do capitalismo os recursos da produção e a distribuição dos alimentos passaram crescentemente para o controle de capitais privados, que favoreceram o desenvolvimento excludente. Os capitais privados, além de explorar a força de trabalho do trabalhador, concentram a produção e

controlam a distribuição dos alimentos. A produção e distribuição passam a estar baseadas no salário que o trabalhador ganha e seu poder aquisitivo, condicionando-se, assim, a quantidade e a qualidade de alimentos disponíveis nos mercados.

No âmbito tecnológico, a estratégia recente do agronegócio - de industrialização da agricultura e de investimento em biotecnologias - transforma o rural em um grande laboratório dominado pelas empresas químicas transnacionais. Todo esse processo representa grande concentração dos recursos produtivos na mão de poucos. Como inverter essa lógica? Como distribuir recursos e contribuir para uma agricultura, cujo desenvolvimento não esteja subordinado aos interesses privados particularistas e orientados à acumulação privada?

## **2.2 O Brasil e a ocupação do território subordinada aos interesses dos grandes grupos econômicos**

A intenção do capital privado, desde que chegou a terras brasileiras, foi a de busca pela riqueza, visando transformar este território em uma “próspera colônia”- visava retirar toda matéria prima disponível da natureza para atender as demandas da Europa.

Segundo Ribeiro (1999), com a chegada dos ditos colonizadores na costa atlântica brasileira, um dos primeiros recursos naturais a ser destruído para ser transformado em lucro foi a nobre madeira do Pau- Brasil. Devastaram as florestas da costa Atlântica, transportando tudo o que interessava para o primeiro mundo e, com isso, foram dizimando os povos indígenas, “trazendo o fio da espada justificada com a presença da cruz”. Um dos fundadores da Companhia de Jesus (Congregação Jesuítas), Padre Inácio de Loiola, escreveu uma carta em 1549 para seu colega Padre Manoel da Nóbrega, que recém chegava ao Brasil, dizendo: “Faça desta terra uma grande empresa.” Conforme Ribeiro (1999, p.42,43)

Tanto assim é que muitos deles embarcaram confiantes nas primeiras naus, crendo que seriam levados a terra sem Males, morada de Maíra. Tanto que o Índio passou a ser, depois do Pau – Brasil, a principal mercadoria de exportação para a metrópole. Mais tarde, com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos seus valores, o despojo, o cativo, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam a

morrer, morriam de tristeza, certos de que todo futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira.

Segundo Neves e Machado (1996) assim foram devastadas as florestas e extinguiram-se as madeiras nobres, a exemplo do Pau-Brasil. Logo após, começaram a introduzir o cultivo da cana - de - açúcar. O açúcar, produto raro na época, estava em falta até mesmo para o consumo dos nobres das “Coroas Imperiais” e, por isso, tinha alto valor econômico, sendo comercializado em unidade de peso em gramas, ou seja, era muito valorizado. Ao cultivo de cana-de-açúcar se seguiu a mineração e expansão das lavouras de café, constituídas também com a força de trabalho escravo, reforçando uma escravidão que durou mais de 350 anos. A corrida da mineração, a busca do ouro na região das Minas Gerais, implicou num aumento do tráfico e do comércio de escravos no Brasil, o que se estendeu por um longo período. Com a crise da mineração, a economia se desloca para a produção de café fazendo do vale do Paraíba muito poderosa com os Barões do café na região sudeste: abrangendo Sul de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, chegando ao norte do Paraná. Para Neves e Machado (1996, p.144)

A lavoura cafeeira sofreu um grande impulso após a chegada da Corte Portuguesa em 1808, o objetivo era ocupar as terras próximas a Capital com umas enxurradas de sesmeiros. Também antigos mineradores, com suas mulas e escravos grandes comerciantes se estabeleceram na região as margens dos velhos caminhos do ouro que ligava Rio de Janeiro a Minas Gerais.

Também, sucessivamente, o algodão fez parte da relação de matérias-primas produzidas para exportação, neste caso para atender as demandas das indústrias têxteis na Inglaterra.

Mais para o sul do Brasil, o cultivo da soja, uma planta originária da China, trazida e testada no norte do Pará, se consolidou no século XX para depois se espalhar, tornando se uma das lavouras de maior extensão, abrangendo várias regiões do País. A maior parte da produção de soja também é destinada para exportação, para o mercado Europeu.

Atualmente, as empresas de celulose organizam mais um ciclo de exploração de recursos naturais, visando à produção de matéria-prima promete ocupar os pampas gaúchos, isto com muito dinheiro subsidiado pelos bancos estatais e caixa próprio das empresas. As florestas plantadas ocupariam os espaços e territórios no

Uruguai, Argentina e Sul do Brasil, sem limite ou respeito às áreas de fronteira, que deveriam ser consideradas de segurança nacional.

Segundo Ribeiro (1999) no Brasil os ditos colonizadores portugueses e espanhóis, entre outros, ignoraram a sabedoria e a cultura dos povos indígenas, seus aprendizados na convivência com a natureza. A imposição da cultura européia levou, no início, à escravidão, sem muito sucesso, dos povos indígenas. Nesse processo havia os que se submetiam aos maus tratos, mas para a grande maioria isso significou a morte, uma vez que tal processo levou a um genocídio, sem piedade, de mais de 1.200 povos indígenas. Com o passar do tempo os povos indígenas, em sua maioria, foram brutalmente dizimados, expropriados das suas terras, de seu habitat natural e de suas riquezas. Os poucos mais 250 mil indígenas que sobraram foram condenados a viver na miserabilidade em nome do desenvolvimento e do progresso, em nome do capital. Mas, como o desenvolvimento de uma agricultura capitalista requeria muito trabalho para atender a demanda na produção de matérias primas, recorreu-se à escravidão. Na época do Brasil colônia, milhares de africanos foram arrancados brutalmente de suas terras, trazidos para o Brasil e obrigados a trabalhar, sendo comercializados como mercadorias, passando de um dono para outro. Os africanos submetidos à escravidão pagaram um preço alto ao serem forçados à produção de matéria - prima que os europeus precisavam. Enquanto isto, a terra, que era um bem de todos, passou a ser uma mercadoria cada vez mais cobiçada.

Vários movimentos se levantaram na história brasileira para pautar a redistribuição da terra ou visando torná-la mais democrática. Muitos desses movimentos conduziram as lutas de forma localizada, de modo que foram facilmente combatidos - a exemplo de Quilombos, Canudos, Contestados, Caldeirão, Ligas Camponesas, Máster, Muchers, os Monges Barbudos entre outros, entretanto, todos tiveram uma tarefa importante em determinado momento da história, apontando lições para outras iniciativas que surgiram posteriormente. Dessa forma, segundo (CALDART, 2004), no final da década de setenta, em plena ditadura militar, começaram as mobilizações de massa, na retomada das lutas populares. O movimento no âmbito rural foi impulsionado pelas greves do operariado brasileiro, pelo “oxigênio” resultante das lutas urbanas, iniciadas pelos metalúrgicos do ABC paulista e pelas contradições do modelo agrícola da época. Como o modelo

agrícola não atendia as demandas dos camponeses eles, ao virem-se atingidos pelos altos custos da produção - com preços dos produtos agrícolas não compatíveis -, eram forçados a deixar a terra, agravando-se a concentração fundiária.

O sistema capitalista não precisou fazer a reforma agrária no Brasil assim como fez em vários países capitalistas, a exemplo dos Estados Unidos e grande parte dos Países Europeus. Deste modo temos no Brasil, atualmente, segundo IBGE (2010) uma das estruturas fundiárias mais concentradas do planeta. Chegamos ao índice de que apenas 1% dos proprietários detém mais de 43% das terras agricultáveis no Brasil. A concentração da terra hoje em nosso País, é maior do que nos anos da ditadura militar. Nesse contexto, os avanços na reforma agrária são obtidos somente mediante conquista da luta social.

### **2.3 A Origem do MST**

Os despejos das famílias de camponeses da área indígena de Nonoai, região norte do Rio Grande do Sul, ocasionaram um conflito generalizado, pois se tratavam de mais de mil famílias, que já estavam no local há quatorze anos, as quais perderam tudo o que tinham construído, sendo despejadas “na rua”, sem ter para onde irem.

Muitas dessas famílias foram se adaptando à nova realidade, sujeitando-se em servir como de força de trabalho na indústria, muito bem amparada pelo milagre econômico- sustentado pelo capital externo que financiava a economia naquele momento. Ampliaram, assim, o êxodo rural, que liberava a força de trabalho do campo para os centros urbanos. Os camponeses, encarando as cidades, perderam suas raízes culturais e a unidade familiar de parentesco - vinculada à cultura das comunidades rurais do campo.

Os camponeses que resistiram o fizeram porque não quiseram ir para cidade. Organizaram-se e permaneceram em regiões próximas, levando às primeiras grandes ocupações - das fazendas Macalli e Brilhante, no município de Ronda Alta, norte do RS. Assim, sucessivamente, surgiu o Acampamento da Encruzilhada Natalino, no início da década de 80, com objetivo de sensibilizar a sociedade,

assinalando que a Reforma Agrária seria urgente e necessária. A luta, então, foi organizada com os seguintes lemas: “Terra para quem nela trabalha” e “Terra de Deus, Terra de irmãos”. Nesse período, a presença da Igreja foi muito importante porque relacionava a luta pela terra à busca da terra prometida, citando a trajetória dos escritos bíblicos do Povo de Deus que caminhava pelo deserto na busca de uma terra na qual corria leite e mel.

Entre os trabalhadores que começaram esse acampamento havia um que se chamava Natálio, e isto aconteceu próximo ao Natal de 1980 em uma Encruzilhada chamada de Natalino, que fica em um entroncamento de estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Como disseram para ele que era só ele chegar que a terra estava lá, (referência ao recém conquistado assentamento na Fazenda Brilhante, fruto das ocupações dos colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai), ele veio de mochilas e tudo, e a pouca mudança que ele tinha trouxe toda, no mês de julho somaram 600 famílias. (GOERGEN, 1998 apud CALDART,2004).

Com o Encontro Nacional, em janeiro de 1984, na Cidade de Cascavel - Estado do Paraná, se consolidou a autonomia de um movimento de caráter nacional. Logo no ano seguinte, em 1985, realizou-se o primeiro Congresso Nacional, na cidade de Curitiba - capital do Paraná. Nesse evento, 1500 delegados confirmaram que o movimento começava a caminhar com suas próprias pernas, saindo da proteção da Igreja, saindo da vulnerabilidade do espaço de estar apenas nos barrancos das estradas e caminhando direto para cortar a cerca do latifúndio com o lema “Ocupação é a solução”. Seguindo essas conquistas, no mesmo ano de 1985 se deu uma das primeiras grandes ocupações no Estado do RS, na fazenda Anoni, com 9.700 hectares, localizada no município de Sarandi.

No final da década de oitenta, começaram a surgir os primeiros assentamentos e a conquista da terra vem acompanhada do desafio de implementar um novo modelo social e produtivo - que contribuísse para a autonomia dos assentados em relação aos agentes do capitalismo.

## **2.4 A constituição de novas referências para a organização da produção no âmbito dos assentamentos rurais do MST.**

Dada sua origem, o MST apresentou-se, potencialmente, como um movimento que procurou imprimir uma nova lógica na distribuição dos recursos produtivos. Uma lógica caracterizada pela subordinação da alocação de recursos e do processo de produção ao interesse coletivo. Isso conduziu à busca da constituição de referências alternativas de produção.

Assim o movimento trilhou um processo reflexivo sobre a práxis produtiva abrangendo diversos aspectos:

- O questionamento da lógica capitalista da distribuição da terra em propriedades privadas;
- O questionamento da lógica da organização do trabalho em unidades familiares autônomas;
- O questionamento do modelo de produção baseado na inserção em cadeias de produção sob controle de agentes privados; e
- O questionamento do modelo de atuação verticalizada e impositiva do técnico.

No final da década de oitenta começaram a surgir os primeiros assentamentos e atendendo à preocupação com a organicidade, surgiram os primeiros grupos informais de produção, associações agrícolas e, por fim, a mais complexa instituição legal: as Cooperativas Coletivas (CPAs) ou as Cooperativas Regionais (CPS) para fomentar a produção. Conforme Oliveira (2004b, p.30):

Ainda antes de 1989 começa a ideia de coletivização da produção perpassa o discurso hegemônico e resulta na proposta da Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) como principal alternativa mais promissora para a socialização no campo e a construção do homem e a mulher nova. A princípio essa ideia procurava abranger todas as aspirações político-ideológico em todas as dimensões sociais da vida das pessoas. Mas na prática grande partes das CPAs tornaram muita restrita somente as questões econômicas.

No período em que foi feita a opção pela criação de CPAs, vivenciamos o

auge da ideia cooperativista: parecia que tudo o que se relacionava com a cooperação tinha que ter o aval de uma CPA. Não queremos, hoje, tirar o mérito ou desconhecer a importância das mesmas na coletivização do trabalho, dos bens materiais, da produção, da industrialização, comercialização e dos resultados econômicos. Reconhecemos que uma grande contribuição das CPAs é a liberação de militantes, dirigentes para as tarefas do MST. Mas reconhecemos, também, que enfrentamos problemas ao tentar massificar essa proposta de cooperação nos assentamentos. Com a proposta de massificação das CPAs não conseguimos valorizar outras possibilidade mais simples de cooperação com as famílias não cooperativadas. Assim, as diferentes formas de cooperação foram substituídas por uma única forma - pela singularidade das CPAs.

Outro aspecto que necessitou ser revisto, a partir dos aprendizados das experiências, refere-se à questão do modelo tecnológico para produção agrícola. Neste sentido, a discussão evoluiu de forma a identificar-se uma oposição que colocou, de um lado, o modelo tradicional do agronegócio excludente e, de outro lado, a busca de um modelo que pudesse salvar a unidade camponesa, baseado na agroecologia. Mas o que é agroecologia?

Não é uma disciplina e sim um enfoque transdisciplinar que enfoca a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Enfoque teórico e metodológico que, utilizando várias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Vinculação essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano. Na agroecologia a dinâmica das explorações agrárias não se explica só por condicionamentos agronômicos da parcela, mas sim por condicionamentos ambientais, sociais, econômicos. E mais, as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, dado que as relações estabelecidas entre os seres humanos e as instituições que as regulam constituem a peça-chave dos sistemas agrários, que dependem do homem para sua manutenção. (GUTERRES, 2006, p.93)

A aplicação dos princípios da agroecologia enfrenta limites. O modelo agrícola dominante, concentrador de terras, centralizador de alta tecnologia, incentivador da produção de monoculturas, acabou destruindo com o meio ambiente para o fortalecimento do agronegócio. Nesse contexto não existe espaço para a produção agroecológica diversificada, característica da pequena unidade de produção camponesa. A batalha potencial irá travar-se na produção de alimentos na base de venenos fornecidos pelo modelo agrícola dominante ou na produção de alimentos saudáveis, usando técnicas naturais, agroecológicas, que garantam



segurança para o trabalhador e qualidade dos alimentos ao consumidor, respeitando o conjunto da natureza. É preciso registrar que o principal insumo nesse processo agroecológico é a energia solar, que é infinita e não polui e não tem custo, reforçando-se o dito de que “o sol é a vida das plantas, enquanto a planta é a expressão do poder do sol”.

## **2.5 O MST e a construção e revisão de referências alternativas como parte da luta**

O MST sempre teve uma dinâmica própria - foi avançando ou, em alguns momentos, recuando baseado nas suas próprias forças, construindo as suas ações, reflexões sobre a classe e buscando sua unidade através da prática da luta concreta.

Partindo da origem do MST, como movimento social, que surgiu na retomada da luta pela terra ainda em plena ditadura militar no final dos anos 70 e início de 80, podemos visualizar que o mesmo surge como estratégia de luta pela terra, pela Reforma Agrária massiva como política de Estado e pela transformação social. Assim, o movimento objetivou e ainda objetiva constituir um contraponto ao projeto capitalista excludente, que força os camponeses a deixar o campo provocando o êxodo rural e o surgimento das concentrações demográficas nas grandes cidades.

O MST foi construindo, ao longo de sua caminhada, uma autonomia teórico-metodológica, com criação de metodologias diferenciadas nas discussões de organização social e de tomada de decisões coletivas, visando superar hierarquias onde “uns mandam e outros obedecem”, respeitando a livre expressão e participação de cada um (a). Nessa orientação teórico-metodológica, foram definidos alguns princípios gerais, os quais vigoram até hoje como, por exemplo, o princípio da direção coletiva, do vínculo com a base, da crítica e autocrítica, do estudo, do profissionalismo, entre outros. Todos os coletivos que atuam dentro e fora do MST, seja nos acampamentos ou nos assentamentos, tanto nas áreas da educação, saúde, frente de massa, produção, finanças comunicação, como nos grupos de mulheres, jovens e também na assistência técnica, todos, dentro de cada área

específica, estudam e ajudam a construir uma concepção orientadora de seu trabalho, o mais próxima possível da orientação teórico-metodológica proposta pelo MST. Como parte desse esforço maior, estamos, neste momento, estudando a concepção de assistência técnica construída conjuntamente entre os técnicos e o MST, que toma como base a experiência de trabalho no espaço dos assentamentos em várias regiões do País.

## **3 A QUESTÃO DO ACESSO E DA ORIENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS**

### **3.1 Origem e evolução da “extensão rural”**

O reconhecimento da necessidade da assistência técnica, de acesso dos agricultores aos conhecimentos científicos, levou à origem da extensão rural com iniciativas precursoras na Inglaterra e significativo desenvolvimento institucional durante os séculos XIX e XX nos Estados Unidos.

Segundo Peixoto (2008), o termo “extensão” pode ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política.

Como instituição o termo extensão remete a organizações ligadas ao Estado, e denominadas de públicas, ou a outras organizações privadas. No senso comum, a expressão “extensão rural” está associada a algo ligado ao serviço público, com os custos de manutenção de estruturas e recursos humanos assumidos pelo Estado (PEIXOTO, 2008). Entretanto, cabe reconhecer a atuação das organizações privadas e, sobretudo, que dentre as organizações privadas incluem-se aquelas que são prestadoras de serviço da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou ATES que, muitas vezes, são pagas com o dinheiro público através de convênios, contratos, licitações, entre outros.

Tomando-se a extensão como processo, esta remete ao ato de estender, levar, transmitir conhecimento da fonte geradora ao receptor, que é o público rural, este método denominado processo educativo de comunicação (PEIXOTO, 2008). Esse conceito apresenta a extensão como se fosse uma correia de transmissão de conhecimento, como se tivesse alguém que sabe em uma ponta repassando conhecimento para outro que não sabe, e que se comporta apenas como receptor. Enquanto temos um superior em uma ponta, aquele situado na outra ponta é percebido como inferior de forma que, nesse método, a troca de conhecimentos é limitada, pois o que existe é uma imposição.

Esse conceito de extensão rural, que se diz educativo, orientou, ao longo de muitos anos, a prática de várias organizações, sejam elas públicas, organizações

privadas não governamentais (ONGs) ou empresas ligadas ao sistema cooperativo. Reconhecendo os limites desta concepção a partir de sua aplicação, avaliou-se que ela trabalha com uma disposição de querer resolver os problemas de modo individualizado, restringindo-se a atuar sobre demandas específicas e pontuais, não tendo a preocupação de dialogar, capacitar e favorecer a cooperação, que essa não tem, portanto, o caráter educativo desejado pelos movimentos sociais. Quando se pretende, então, uma extensão rural com um caráter verdadeiramente educativo para transformar o meio, é necessário também repensar sua metodologia, pensando em estratégias de investigação participativa, onde as ações da extensão rural em sua maioria têm uma dinâmica coletiva. Ao considerar ainda a relação entre a extensão rural e o modelo predominante na agricultura, constatou-se que ela sempre teve mais afinidade com metas que visavam cumprir com as determinações do capital no campo, ou seja, que ela estava a serviço do cumprimento das metas das grandes empresas do ramo de insumos de sementes e de tecnologia no desenvolvimento do grande capital. Isto aconteceu explicitamente na “revolução verde”, onde a extensão rural exerceu um papel importante na formação e implementação da modernização da agricultura.

Ao avaliar-se o período atual constata-se que continua predominando a orientação modernizante na extensão rural, servindo a estratégia do agronegócio, que transforma o rural em um grande laboratório dominado pelas empresas químicas transnacionais. Essas empresas, com atuação sem fronteiras, têm, também, todo apoio para constituírem suas equipes técnicas próprias, sustentadas muitas vezes com recursos públicos, para prestar serviços a uma agricultura comprometida com o agronegócio. Por outro lado, ficam no abandono milhões de pequenas unidades de produção camponesa, necessitando de uma política agrícola adequada, assistência técnica com crédito de custeio e investimentos, preços corrigidos e acesso à linhas de produção compatíveis com um modelo tecnológico que não traga contaminação ao meio ambiente. Em uma situação ainda mais difícil estão mais de quatro milhões de trabalhadores (as) rurais Sem Terra que não têm um pedaço de chão para viver, e estão à espera de uma Reforma Agrária que possa realmente democratizar a terra.

### **3.2 Evolução da política pública de assistência técnica para assentamentos rurais**

São Paulo foi um dos pioneiros no Brasil a propor um serviço de assistência técnica exclusivo para assentados, com a criação do “Instituto Terras Estado de São Paulo” (ITESP) ainda no início da década de 80, consoante ao surgimento do MST que estava dando seus primeiros passos ainda, com lutas isoladas em cada Estado. Essa política institucional proporcionou para São Paulo contratação de muitos técnicos para atender as demandas dos assentamentos que começavam a surgir nesse período. Foi uma das primeiras experiências localizadas de política pública nessa área (CONCRAB, 2004).

No espaço do território nacional, esse debate teve início no Governo Federal em 1985/1986, com o lançamento do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA).<sup>6</sup> A proposta foi elaborada por uma equipe técnica coordenada por José Gomes da Silva, a pedido do então Presidente Tancredo Neves, eleito pelo Congresso Nacional com eleição indireta em 1985 que, por problemas de saúde, morreu antes de assumir o cargo. A proposta do PNRA incluía a criação de um ministério especial da Reforma Agrária, abertura de novas contratações de servidores públicos, abertura de concursos federais para as diversas áreas das ciências agrárias para assistência técnica e a extensão rural, entre outros. Esse foi um dos momentos em que a questão da Reforma Agrária esteve presente dentro da pauta das instituições governamentais, pressionadas pela luta social muito bem articulada, que acontecia no campo. Esse programa, no entanto, não representou mais que uma boa intenção, pois foram implementadas apenas algumas medidas paliativas, pois o plano foi engavetado, tão logo assumiu o governo Sarney. Alguns meses depois da posse do presidente Sarney, a comitiva em que estava o presidente do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA) morreu em um acidente aéreo, logo após fazer decolagem no Norte do País. Frente a essas circunstâncias, José Gomes da Silva, um dos pensadores do Plano Nacional de Reforma Agrária, descontente, deixa o governo por não compactuar com os rumos do governo, que manifestava a intenção de não cumprir com o Plano da Reforma Agrária que havia elaborado

(CONCRAB, 2004)

Antes mesmo do Programa LUMIAR, conquistado pelo MST para assistência técnica nos assentamentos da Reforma Agrária, outras experiências regionais de Assistência Técnica serviram de laboratório nos assentamentos rurais. Dentre elas menciona-se o “CONTACAP”, implementado ainda em 1993 na região Nordeste com atuação em vários estados, sendo mais representativos BA, SE, RN, CE e MA. Esse programa enfatizava a capacitação dos assentados, não tratando da elaboração de projetos de crédito. Outra experiência, de caráter estadual, começou a acontecer em 1994 no Paraná. Esta impulsionou o avanço da discussão sobre o papel do técnico, apontando que seu trabalho deveria estar vinculado às formas organizativas desenvolvidas pelo MST junto com suas bases (CONCRAB, 2004).

Com muita luta e muitas mobilizações, o MST exigiu do poder público federal uma política de assistência técnica para os assentamentos de Reforma Agrária. Somente por volta de 1996/1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi lançado um programa de Assistência Técnica para assentados, chamado de LUMIAR. Este se apresentava seguindo o modelo neoliberal, consistindo numa política pública de compensação social, destinada aos pobres do campo, principalmente do Terceiro Mundo. Esta proposta, apoiada pelo Banco Mundial, perseguia também o objetivo de avançar na terceirização deste serviço público. Salientamos que se entende que o Programa LUMIAR apresentava algumas armadilhas burocráticas que poderiam inviabilizar sua aplicação como o descompromisso institucional do INCRA com a sua gestão, considerada de responsabilidade do MST. O MST, no entanto, foi mais ousado e desenvolveu “do seu jeito” uma boa gestão de assistência técnica nas áreas de assentamentos. (CONCRAB, 2004).

---

<sup>6</sup> Podemos considerar este Plano uma contradição dentro do Governo de José Sarney, pois ele é

### **3.3 O LUMIAR e a sistematização de referência para atuação do técnico em assentamentos rurais do MST**

À medida que foram criados muitos novos assentamentos, começaram a se impor as preocupações com o planejamento da unidade de produção, seja no grupo informal ou na associação coletiva. Tornava-se evidente a necessidade imediata de acompanhamento técnico qualificado para atender as principais demandas, então colocadas, entre as quais se destacava a necessidade de fazer estudo de caso do tipo diagnóstico com vistas a identificar as principais linhas de produção viáveis nesses primeiros assentamentos. Alguns exemplos mostram como as deficiências então vivenciadas no âmbito da orientação técnica:

No Assentamento Fazenda da Branca, em Encruzilhada do Sul (RS), no verão de 1997, para cobrir as pequeninas vacas Jersey foi recomendado um gigante touro da raça Santa Gertrudes. O resultado é fácil de entender todos os bezerros que nasciam morriam e, além disso, morria também vacas. Não é necessário ser antropólogo para avaliar o impacto sobre estas famílias que recebe o crédito (PROCERA), o investe em vacas leiteiras e perde os animais. Pensará que é um amaldiçoado pelos deuses e autoestima despencará, quando na verdade, foi vítima de um profissional, no mínimo, sem vergonha. No assentamento fazenda São Pedro, no mesmo município, encontramos uma plantação de feijão tomada de ferrugem e o agricultor desesperado. Um feijão plantado sem adubação, em solo sem correção e onde o técnico da EMATER/ RS recomendará o uso de cobertura de uréia. Uma leguminosa com cobertura nitrogenada é algo inusitado, só poderia ficar tomada de fungos, com perda total da produção. (PINHEIRO, 2005, p. 70, 71)

Tornou-se evidente, também, a necessidade de desenvolver um método novo, que permitisse o adequado planejamento das atividades a serem desenvolvidas nos grupos de produção local ou no conjunto do assentamento. A busca de alternativas para viabilizar a produção precisava dar certo, necessitava-se de projetos técnicos de investimentos com viabilidade de pagamento, que dessem as respostas esperadas, tanto nas unidades, nos grupos de produção como na esfera coletiva da associação ou da cooperativa, possibilitando a apropriação dos frutos do trabalho prático, de campo dos assentados. Neste contexto, o objetivo da assistência técnica era acompanhar as famílias em suas unidades de produção, respeitando e aproveitando a organicidade interna do MST. Assim, o método

preconizado e que foi adotado pela assistência técnica organizou-se por núcleo ou grupo de assentados (as), que se reuniam por afinidade ou por proximidade para realizar todas as discussões coletivas. O LUMIAR visava implementar esta assistência técnica desejada.

No auge do programa LUMIAR eram mais de 400 técnicos atuando em áreas de assentamento em vários estados do País. O difícil, nesse contexto, foi estabelecer e manter o mesmo método e garantir uma formação dos técnicos que, ao mesmo tempo em que lhe favorecesse acesso aos conhecimentos técnicos gerais necessários a assistência técnica efetiva nas diferentes linhas de produção, os habilitasse a entender a especificidade do público com o qual estavam trabalhando- uma das camadas sociais com mais dificuldades (CONCRAB, 2004).

Mesmo sabendo que o programa do extinto LUMIAR foi um dos primeiros ensaios neoliberais de assistência técnica para trabalhar com assentamentos da reforma agrária, podemos dizer que o MST o encarou como uma oportunidade de ter uma assistência técnica para assentados, financiada com recursos públicos. Os locais que serviram como base experimental para o Projeto LUMIAR foram algumas áreas de assentamentos selecionadas pelo próprio MST como propiciadoras de uma boa experiência. A escolha das áreas gerou muita polemica e não houve consenso sobre outros diversos aspectos relacionados a esta experiência. Alguns intelectuais mais críticos não concordaram, por exemplo, com a maneira pela qual o MST escolheu suas equipes para compor o LUMIAR. Conforme Pinheiro (2005, p.71)

[...] os técnicos, foram selecionado pela aptidão política e alinhamento ideológico e não por conhecimento, de forma que se trocou o anterior pela mesma coisa. Mais uma vez é o fracasso que repercute sobre o agricultor. Continuamos com a antropofagia, (ato de comer partes ou várias partes de um ser humano) nada muda.

Segundo o CONCRAB (2004), com o LUMIAR obtiveram-se muitos avanços no campo político. Alguns estados conseguiram avançar mais, outros menos, mas evidenciaram-se, também, sérias dificuldades no que tange á afirmação de uma metodologia própria. Ou seja, esteve sempre presente o risco da reprodução da metodologia tradicional da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), favorecida pelo capital privado no desenvolvimento do modelo tecnológico atual. Muitos técnicos tiveram dificuldades de assimilar o trabalho direto com os assentados, sucumbiram diante do desafio de fazer o diferente a partir de sua pouca formação



política e de uma formação técnica muito limitada. Os técnicos viam-se engessados por sua formação acadêmica - que os induzia a dar a receita pronta e não os habilitava para o diálogo ou troca de conhecimentos, com o risco, então, de reproduzir-se uma ação que tem de um lado o técnico que tudo sabe e, de outro, o receptor, como alguém que não sabe e que quer solução do seu problema. Esse debate em torno da atuação do técnico praticamente começou junto com o surgimento de vários assentamentos e o esforço do MST de manter, no mínimo, as linhas políticas discutidas no conjunto da base.

O texto que recupera a discussão em torno da concepção do MST sobre assistência técnica revela, ainda, uma divergência interna que se deu entre os assentados e os técnicos. Pelo lado dos assentados, estes jamais aceitavam a presença dos técnicos em discussões de direção do MST, pois consideravam que eles deveriam estar preocupados com as questões técnicas, eventualmente atuando como uma assessoria que estivesse à disposição da Direção. Nesse caso, quem deveria assumir as funções de instâncias diretivas eram os próprios trabalhadores, considerados de “mãos grossas”. Era um preconceito que os assentados tinham com relação aos técnicos, chamados de “mãos finas”. Então se deu uma pequena disputa entre “as mãos grossas” e as “mãos finas”, o que ocorreu apenas num pequeno período, entre 1987-1988, logo sendo superada, restabelecendo-se o diálogo e o reconhecimento entre os assentados e (as) e técnicos (as), entendendo-se que “o inimigo não estava internamente, entre eles, mas sim era externo”, sendo representado pelo latifúndio.

Sem dúvida o LUMIAR foi institucionalizado no governo como um programa de compensação social e não estava isento das limitações inerentes a burocracia estatal, mas ele tinha certo grau de flexibilidade que permitia controle, visando assegurar funcionalidade mínima à organicidade do MST. A direção poderia dizer o que ela queria com a assistência técnica para o desenvolvimento dos assentamentos em todas as áreas. Por essa razão, a experiência do LUMIAR serviu de referência para o amadurecimento da concepção de assistência técnica do MST.

A experiência acumulada ao longo dos anos tem nos mostrado que é fundamental a elaboração de uma metodologia de inserção da assistência técnica no MST e uma metodologia de planejamento avaliação e controle do trabalho que garanta a marca deste movimento. Nossa maior referência está no extinto Lumiar. (CONCRAB, 2004, p.1)

### 3.4 O Programa de ATES do INCRA

Segundo Regina (2010), a política pública de assistência técnica - que aconteceu e ainda acontece em áreas de assentamentos - sempre muda de acordo com as mudanças dos governos e também depende da conjuntura da correlação de forças de cada momento.

No período que vai de 1984 a 1985, assistência técnica ainda era comandada pela Empresa Brasileira da Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). O trabalho era desenvolvido através de Convênios com Governos Estaduais, Prefeituras Municipais ou algumas Cooperativas de Produção Agropecuária. De 1993 a 1997, aconteceram algumas experiências em alguns estados do Nordeste como o CONTACAP, já referido anteriormente. Sabemos que no Rio Grande do Sul houve outras experiências com entidades como a EMATER, institucionalizada pelo Estado e com o CETAP que, com recursos de projetos do exterior, atuou na assistência técnica na região Norte do estado, mais precisamente em Sarandi e, mais tarde, em outras regiões próximas a Bagé, não abrangendo, assim, a totalidade dos assentamentos do RS.

No ano de 1997 foi criado o Projeto LUMIAR e com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, surgiram possibilidades de melhorar as condições da assistência técnica, com um programa voltado exclusivamente para o desenvolvimento dos assentamentos, denominado de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Para Dalbianco (2010, p.79):

O programa da ATES foi formado no contexto de reforma neoliberal do Estado e das reivindicações e pressões dos movimentos sociais do campo. Se, por um lado, absorveu as concepções de um serviço mais democrático dado a participação de movimentos sociais em sua condução, por outro, foi constituído a partir dos preceitos da redução do papel do Estado, em curso desde o início dos anos de 1990.

Em 2008 o RS fez algumas mudanças para operar o Programa de ATES, como esclarece Dalbianco (2010 p.80,81)

Com o processo de licitação do serviço de ATES no RS, ocorrido em 2008, tomando como base a Lei n. 8.666, o INCRA contratou três empresas de assistência técnica para atender às famílias assentadas, distribuídas em 18 NOs. Segundo o projeto básico da ATES, esta modalidade contratual buscou regulamentar os modelos de contratação e execução dos serviços

técnicos da ATES, com base nas normas de execução de número 71, 72 e 77, Técnica 03/DD/2008, bem como o manual operacional da ATES, formulados pelo Departamento de Desenvolvimento do INCRA. (INCRA, 2008).

Constatou-se que a contratação das empresas de ATES buscou aprimorar a continuidade no processo de descentralização administrativa entre superintendência e prestadoras da ATES, pois o contrato permitiu ao INCRA um maior controle sobre a execução da ATES, bem como possibilitou a determinação do que, como e quando as ações deveriam ser feitas. O processo de licitação das prestadoras, ocorrido em 2008, condicionou as ações dos técnicos a uma série de metas com um cronograma pré-definido. Na avaliação das equipes técnicas, esta medida engessou o trabalho, pois não permitiu flexibilidade para adequar o cronograma às necessidades locais e regionais.

Segundo Dalbianco (2010), o cronograma das metas do contrato de 2010, comparando com o de 2008, ficou mais flexível, pois permitiu que as equipes técnicas determinassem a natureza das ações a serem desenvolvidas. As alterações contribuíram, segundo ele, para reforçar a defesa das metas como “meio” e não como “fim”.

O trabalho da ATES é organizado por núcleos operacionais, distribuídos geograficamente conforme ilustra a Figura 1.

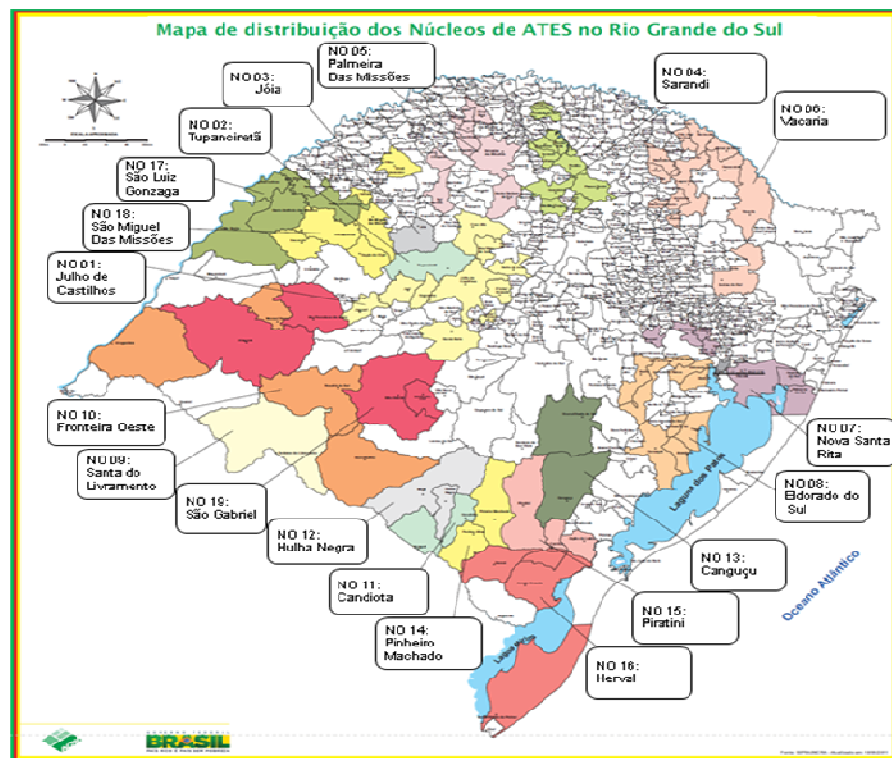


Figura 1 – Mapa do RS com a divisão territorial dos NOs da ATES

Fonte: Adaptado e atualizado pelos autores a partir do Projeto Básico da ATES (INCRA SR 11/RS, 2008).

## **4 A CONCEPÇÃO DO MST EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Tratar da questão da concepção do MST em relação à assistência técnica requer que se responda, num primeiro momento, o que é Concepção? Consta na p.308 do conhecido dicionário Aurélio que a “concepção é um ato de ser concebido ou gerado; geração; faculdade de perceber; conhecimento, ato de fazer idéia; fantasia.” A construção da concepção remete, assim, a tudo aquilo que, na caminhada de luta, foi gerado, concebido, criado como conhecimento, experiência, fundamentando os objetivos e as estratégias que assinalam onde e como conquistar o futuro almejado. Nesse processo o MST passa a materializar sua própria identidade.

Nesse capítulo realizam-se a análise e discussão das entrevistas a técnicos e líderes do MST sobre o ideal e o projeto estratégico de assistência técnica, abrangendo também a abordagem sobre o tipo de vínculo entre os técnicos e o movimento, método e perfil dos técnicos.

### **4.1 Referências acerca do ideal da assistência técnica**

Ao tratar-se das referências acerca do ideal da assistência técnica distinguem-se duas concepções próximas, mas com diferenças entre si de modo que serão abordadas separadamente em 4.1.1 e 4.1.2.

#### **4.1.1 A construção de um projeto de assistência técnica com grande organicidade política com o movimento**

O entrevistado I fornece significativas contribuições para o entendimento da proposta de assistência técnica do MST. Ao referir-se a sua trajetória pessoal de

vinculação ao movimento, o entrevistado I revela sua percepção sobre o ideal perseguido e o projeto estratégico da assistência técnica para o MST, vigente em meados da década de 1990. Ele relata que sua vinculação ao MST se deu depois de passar pela organização estudantil como estudante da Universidade onde teve uma formação acadêmica e uma longa militância política como filado ao PT, mas vivenciou grandes decepções com o partido por ocasião da mudança de estratégia política deste, que passou a não identificar-se mais, na sua visão, com os princípios de transformação social. Pediu desfiliação do mesmo e optou por integrar a luta social do MST como acampado. Nesse espaço, teve mais tempo para estudar o movimento como um todo, procurando entender mais sobre o projeto e a prática do mesmo com relação à política de assistência técnica. Sentiu-se identificado com a concepção de assistência técnica do MST elaborada naquele momento para os assentamentos da Reforma Agrária. Revela que a assistência técnica era percebida como parte integrante do projeto político de contrapor-se ao modelo hegemônico do capital, como coloca o entrevistado:

Nós queríamos outro modelo de produção agrícola que respeitasse a natureza, outra forma de trabalho cooperado, outra forma de tratar da saúde - a preventiva, outra forma de tratar a educação, o lazer, somando na qualidade de vida, com melhor alimentação, com excedente de produção para ter uma renda agrícola camponesa. (entrevista I).

Essa mesma argumentação está presente, também, na fala do entrevistado III, que reforça que a assistência técnica deveria ser uma ferramenta de luta para a Reforma Agrária, visando uma transformação social, perseguindo um novo modelo de produção, centrado na prática agroecológica:

A idéia da concepção da assistência técnica é uma ferramenta da luta da Reforma Agrária. Conseguiu avançar como política da Reforma Agrária e tem a ver com o desenvolvimento dos assentamentos. Nossa concepção fez a crítica do modelo vigente da revolução verde que hoje está representado pelo agronegócio. Devemos buscar outra matriz tecnológica - baseada na agroecologia (entrevista III)

O entrevistado I, depois de onze anos trabalhando como técnico em áreas de assentamentos, afirma que continua acreditando nessa proposta, mas faz a ressalva de que hoje a maioria das famílias assentadas - e alguns técnicos - não tem a

mesma compreensão sobre a possibilidade de balizar sua atuação na construção de outro projeto de sociedade.

A partir dessas ponderações, podemos, nesse raciocínio, constatar que, aquilo que era antes uma concepção forte, compartilhada dentro da organização MST, hoje se encontra questionada. Assim, também a “base” do movimento pode estar perdendo a referência estratégica da luta, que se internalizava a partir de bons métodos de formação política. Por conseqüência, o movimento pode estar perdendo “espaços para os inimigos” - representados pelo agronegócio- na medida em que estes encontram mais condições de proliferarem suas idéias, observando-se a defesa do agronegócio diariamente na mídia ao afirmar-se que o país precisa aumentar exportação, o superávit primário. Se oculta, assim, o lado indesejado dessa dinâmica, referido por Pinheiro (2009)

Intencionalmente, deixei por ultimo, a catástrofe ambiental, social, econômica e política que o paradigma do agronegócio – produção vegetal e animal – está produzindo, através das monoculturas vegetais e animais: soja, cana-de-açúcar, eucaliptos, pinos e confinamentos de bovinos e suínos e aves, produzindo alimentos contaminados e contaminando o ambiente, enfim, do agronegócio, absolutamente falido em termos financeiros, sociais e ambientais. Não fosse o subsídio de 100 bilhões de reais que o governo, anualmente, injeta no sistema com prazo de pagamento de até 40 anos e juros ridículos, certamente os produtores do agronegócio não sobreviveriam.

O entrevistado II remete para a construção de um consenso sobre a necessária organicidade da assistência técnica em relação ao MST. Nas suas palavras: “Do ponto de vista da concepção, a assistência técnica deveria ser controlada pelo MST.” Essa mesma argumentação está presente na fala do entrevistado III, que reforça a concepção de que assistência técnica deve ser controlada pelo MST.

O entrevistado II explica que existem dois meios para implementar a assistência técnica: Um com a institucionalidade pública e outro através de mecanismos como prestadoras, não ligadas à institucionalidade pública. Enfatizou o sucateamento da institucionalidade pública de assistência técnica por parte do Estado, iniciado ainda durante o governo Collor, que acabou com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica (EMBRATER) e refere que, somente em 1997, iniciou-se uma batalha para entender as contradições do novo modelo institucional

de assistência técnica – baseado em prestadoras não ligadas a institucionalidade pública, advindo com o LUMIAR.

Entrevistados esclarecem que esse modelo do LUMIAR, com intenções de viabilizar a assistência técnica por prestadoras, se aproxima da atual política de ATEs. Nesse contexto, a preocupação é com o modelo de organização, com a distinção de alternativas para aproveitar “o que de bom possa sair em um plano engessado como este”. Haveria de se encontrar maneiras de que a atuação da assistência técnica pudesse corresponder com as demandas dos assentamentos, mas considerando que a assistência técnica é, também, uma conquista das lutas do MST, e, portanto deveria ser controlada pelo MST, tendo uma estrutura que, minimamente, pudesse agregar, tanto técnica como politicamente ao movimento.<sup>7</sup>

Outro princípio presente na concepção de assistência técnica no MST foi o de preconizar que os técnicos deveriam ser orgânicos com o MST, participando em todas as instancias e, até mesmo, em alguns casos, assumindo a responsabilidade de dirigentes políticos do MST, como coloca o entrevistado II:

Os técnicos começam a ser orgânicos, participando das instancias do MST em alguns casos eles participaram da Direção do MST. Com isso os técnicos têm mais possibilidade de estudar. (entrevista II).

#### **4.1.2 A construção de um projeto de assistência técnica a serviço do desenvolvimento dos assentamentos**

Um segundo grupo de entrevistados, constituído pelas entrevistas IV, V,VI, trabalha com outras categorias de análise com relação à concepção, diferenciando-se um pouco das posições assumidas nas primeiras entrevistas. Embora os entrevistados concordem que os técnicos precisam ter boas relações orgânicas com o MST, sendo por isso denominados de técnicos orgânicos, defendem uma aproximação mais tênue, que apenas garanta a unidade de orientação entre equipe

---

<sup>7</sup>Ficou bem nítida nessa entrevista a maior preocupação do mesmo em relação à responsabilidade de dirigente e da assessoria ao conjunto das equipes técnica, dando conta do recado, interligado com a concepção do movimento, assegurado pela discussão das instâncias, ao mesmo tempo dentro desta camisa de força com as contradições acirradas nas lutas, entre movimento social e a institucionalidade fundamentado pelo Estado.

e a direção do movimento. Colocam uma prioridade maior na prática do trabalho técnico, defendendo a necessidade de que o técnico esteja em campo sempre junto com as famílias, razão pela qual percebem os técnicos como distantes de assumir o papel de dirigentes do movimento. Essas percepções se revelam nas entrevistas:

Em minha opinião, o MST espera que os técnicos que atuam nos assentamentos sejam militantes da Reforma Agrária e dos ideais de transformação da realidade e da sociedade e, ao mesmo tempo, contribuam com consolidação e desenvolvimento dos assentamentos de forma concreta, buscando colocar seus conhecimentos e técnicas a serviço das famílias assentadas nas regiões. Busquem aperfeiçoar métodos e dinâmicas participativas contribuindo permanentemente com a melhoria da produção e renda e qualidade de vida das famílias e assentamentos, de forma integrada com a organicidade e as prioridades do MST. (entrevista IV)

Nas entrevistas VII e VIII temos uma visão de liderança:

No decorrer do tempo, o MST foi construindo sua concepção, começando a se preocupar com assistência técnica com qualidade, mais para atender as demandas dos assentamentos do que avançar na produção de alimentos saudáveis. Pensar no avanço da produção das famílias para poder assim justificar a Reforma Agrária (entrevista VII)

Entendemos que, para um grande número de famílias assentadas, o técnico somente “deve ser técnico”, deve dar respostas para todas as demandas do lote ou unidades produtivas, não assumindo um papel na militância. Deve estar sempre disposto a realizar as tarefas para as quais for designado como técnico. Essas famílias geralmente reconhecem limitações no trabalho do técnico, julgando que estes não conseguem ter uma visão do todo, lhes falta muita experiência quando se deparam com outros problemas que não estão dentro da sua área de formação e que, em alguns casos, querem tomar decisões individualmente. Com este perfil, os técnicos não estariam conseguindo, por isso, trabalhar dentro da organicidade do MST.

De modo geral este desafio é enfrentado por muitos técnicos componentes das equipes de assistência técnica, especialmente logo no início de sua atuação nas áreas de assentamentos. Eles têm dificuldades para entender qual a importância da organicidade interna, das linhas políticas e das estratégias concebidas pelo movimento social - que define o modelo de produção apropriado junto com o modelo de desenvolvimento viável para este tipo de unidade de produção camponesa.



## 4.2 Métodos de trabalhar a assistência técnica nos assentamentos

Podemos afirmar que nas entrevistas fica nítida a presença de quatro estratégias metodológicas diferentes para se fazer a prática da assistência técnica nos assentamentos do MST.

Uma delas fundamenta-se na maneira organizativa do MST, isto é, de se organizar envolvendo o máximo de participação das famílias nas discussões com a tomada de decisões nos núcleos de base ou em outras instâncias dos assentamentos. O entrevistado coloca:

O método de trabalho que gostaríamos que fosse é o participativo organizacional que, via de regra, funcionaria dentro de uma sociedade organizada que ia desde os seus representantes dirigentes, passando por núcleos e pelas famílias.. (entrevista I )

O método participativo organizacional adotado no início pela assistência técnica do MST foi uma metodologia que não se restringiu a forma de organizar a produção nos assentamentos, mas sim orientou na organização social e política dos assentados. Essa forma de organização previa a organicidade dos núcleos operacionais, sua sintonia com o MST, levando a cooperação na prática desde os núcleos de bases até as demais instâncias de decisões - nas regionais de assentamentos. Esse tipo de orientação metodológica viria a encontrar dificuldades na sua aplicação, como coloca o entrevistado:

Hoje por força de contratos institucionais não é bem assim que funciona, muitas vezes o trabalho em vez de fortalecer a organização acaba desorganizando e fortalecendo o valor do capital que é o individualismo. (entrevista I )

Convém recuperar que na atuação mediante convênio com o INCRA as equipes tinham mais autonomia para, junto com o movimento social, organizar seu trabalho sem muita interferência institucional. Com as mudanças propostas pelo INCRA - do modelo antigo de convênio para modelo atual de contrato- o trabalho tornou-se mais institucional, “engessando” o trabalho do técnico. Segundo as entrevistas este se vê cada vez mais condicionado pela burocracia, com pouco tempo para qualificação de seu trabalho em termos de eficiência técnica e política.

Os contratos, ainda, não favoreceram o trabalho com as famílias nucleadas ou por grupo de produção nos assentamentos, pois dão mais ênfase a uma assistência personalizada e, cada vez mais, individualizada.

Outra ferramenta metodológica mencionada pelos entrevistados está relacionada ao planejamento das atividades com apropriação do Método de Validação Progressiva (MVP). O MVP consiste num método de planejamento onde se constata o problema e logo, junto com a discussão e a participação coletiva, se busca avaliar a viabilidade das metas e ações para resolvê-lo, por isso é denominada de metodologia do planejamento. Conforme entrevistado III:

A metodologia mais usada é o atendimento das famílias nos núcleos ou grupos de produção onde as discussões são sempre feitas de forma coletiva nos assentamentos, com base de construir (Paulo Freire) sujeitos no processo camponês. Assistência técnica deve ser uma ferramenta do MST. Um método muito usado é Método Validação Progressiva (MVP) ajuda no planejamento econômico e político.(entrevista III)

Mesmo que o MVP<sup>8</sup> tenha comprovada viabilidade e eficiência, não foi incorporado por todas as equipes da COPTec nos núcleos operacionais do RS, pois principalmente os técnicos mais novos não conhecem, ainda, seu funcionamento.

Outra metodologia referida pelos entrevistados está na aplicação da dimensão teórica e prática do método de Paulo Freire, como coloca o entrevistado:

Método é uma teoria que aplicada na realidade concreta ela muda a realidade concreta” ex: Ao planejar uma atividade leiteira, é conhecer e construir problema da atividade leiteira, construir meta, ação, ajuda melhorar atividade leiteira.

A construção da assistência técnica está voltada ação pedagógica desenvolvida nas escolas assim afirmava o Paulo Freire “Que as escolas não eram somente sala de aulas, mas assim local de ação teórica e prática” (entrevista II)

O desafio dessa metodologia é avançar nos processos de ação e reflexão dos técnicos e assentados nas intervenções realizadas nos assentamentos, pois o trabalho do técnico trata das questões educacionais, da formação do sujeito, que se dá em espaços múltiplos, que não se limita à sala de aula, ocorrendo também em outros espaços educativos.

---

<sup>8</sup> O MVP é sigla de Método de Validação Progressiva, caracterizado em Carvalho (2004)

Outro entrevistado, ao tratar da metodologia, identifica carências de formação e, conseqüentemente, de unidade. Nesse âmbito, o entrevistado coloca:

Há alguns anos atrás tínhamos encontros e cursos de formação política que, em minha opinião, complementavam a formação técnica que cada um já tinha e também propunham método de trabalho com os quais se acreditava ter maiores avanços. (entrevista V).

Percebemos, nessa fala, a importância dada a questão da formação permanente, que sempre foi percebida como uma oportunidade de se aprimorar e buscar novas energias, com renovação dos conhecimentos e aprofundamento das fontes teóricas para fortalecer a prática dos sujeitos. Esses processos, também possibilitavam a construção de um elo de unidade entre as equipes técnicas, ajudando na compreensão e na busca de soluções dos problemas, tanto técnicos como políticos. Os entrevistados mencionaram que os cursos de formação sempre ajudaram as equipes a serem mais eficientes, vencendo os empecilhos das burocracias. Hoje vários componentes das equipes técnicas sentem necessidade de continuar estudando, pois a cada dia aparecem novos desafios que devem ser superados. A constante renovação das equipes já seria uma justificativa real para assegurar a continuidade da formação.

### **4.3 O perfil dos técnicos**

No início, para o MST, com a formação dos primeiros assentamentos enfrentava-se o enorme desafio de fazer com que os mesmos viessem a corresponder às expectativas em termos de resultados na produção, mostrando para a sociedade que a reforma agrária era possível e viável, economicamente, mesmo com as condições dadas pela política de reforma agrária. Surge, então, a demanda pela assistência técnica. Incorporaram-se na assistência técnica homens e mulheres, na grande maioria muito jovens, técnicos e técnicas recém formados nos cursos técnicos, tanto em nível médio como universitário, com graduação nas diferentes áreas do conhecimento - agrárias, sociais e humanas – e, aos poucos, esses foram se engajando na causa da Reforma Agrária. Trabalhavam munidos de

conhecimentos científicos, dispostos e amparados com a “pedagogia da humildade”, com a intenção de juntar seu conhecimento com a experiência acumulada do conhecimento empírico dos assentados.

Com essa experiência, rompe-se com o modelo já aplicado de extensão rural, onde os pequenos camponeses eram tratados como objetos receptores - que recebiam a transmissão dos conhecimentos oriundos de outros- que sabiam -, mas eram externos ao seu meio. Nessas novas experiências, os assentados ou pequenos camponeses mereceram ser tratados como seres humanos portadores de muitas experiências acumuladas na vida do campo, sendo sempre bem respeitados. Entendemos que essas experiências, em que havia profunda identificação do técnico com o movimento, orientaram a compreensão sobre atuação e perfil do técnico. As falas dos entrevistados remetem a três dimensões do perfil do técnico, necessariamente interligadas.

Os entrevistados enfatizam a importância da identificação política do técnico com a causa da transformação social, da reforma agrária, do MST e seu projeto produtivo e de organização social.

Em primeiro lugar o técnico deve conhecer o próprio MST, conhecer a causa pela qual estamos lutando, deve ter conhecimento para entender a mudança do modelo de produção, na sociedade deve optar pela produção Agroecológica, o técnico deve ter interesse de saber conhecer a realidade da unidade de produção camponesa, o técnico deve também ser militante político se não estiver organizado no assentamento fica difícil de trabalhar o conjunto das famílias. Se não for militante não tem muito o que fazer na tarefa de ajudar tecnicamente os assentamentos (entrevista VI)

No ultimo Encontro Estadual, realizado nos dias 27, 28, 29 de abril de 2011, no Centro de Formação Sepé Tiaraju, localizado no Assentamento do mesmo nome em Viamão, estavam presentes as equipes de assistência técnica associadas à COPTec que é vinculada ao MST. Nas frases pronunciadas pelos grupos de estudo no ultimo encontro dos técnicos, revela-se a ênfase dada à identificação com a luta e outros aspectos que também foram mencionados nas entrevistas. Em um dos trabalhos desenvolvidos em grupos, as equipes foram desafiadas a levantar algumas ideias sobre como deveria ser a atuação dos técnicos nos assentamentos, situação em que foram mencionadas as seguintes questões:

Lutar pela Reforma Agrária e a transformação social.  
Ser um motivador da luta pela Reforma Agrária e a qualidade de vida.

Ser militantes da ATES acreditar no possível viável.  
 Trabalhar coletivamente para contribuir na organização e na transformação e construção dos sonhos das famílias.  
 Agente na construção coletiva do conhecimento.  
 Além do trabalho das questões que envolvem a produção o meio ambiente, o social contribuir para um projeto de desenvolvimento diferenciado para as famílias assentadas visando a melhoria na qualidade de vida.  
 Um meio de colaborar com os processos de transformação da sociedade.  
 Construção do conhecimento da realidade camponesa no âmbito produtivo, social, ambiental. (Encontro dos técnicos 27, 28,29, abril, 2011).

Segundo entrevistados, a identificação com a luta é importante porque o técnico (a) deve ser um formador (a) educador (a) político, capaz de desmistificar as armadilhas do capitalismo, sempre conscientizando os agricultores assentados que é possível buscar alternativas ao atual modelo tecnológico, que separa os camponeses de sua função, expulsando-os da terra. O exercício da função de militante e educador político aparece nas entrevistas de diferentes maneiras:

O técnico deve ter a horizontalidade do processo do conhecimento, ser generalista entender do todo, que goste de estudar tanto nas áreas técnicas ou políticas, ser um motivador, conhecedor do espaço do território sabendo que o mesmo está em disputa pelo agronegócio. O técnico é parte do assentamento junto com o camponês. (entrevista III)

É preciso ter técnico militante que conheça a realidade dos assentamentos e possa falar a linguagem do povo (Entrevista VII).

O técnico deve ter identificação com a reforma Agrária e com o MST, ter perfil democrático porque as decisões são coletivas não existe patrão que manda sozinho, o técnico deve ter formação sobre questão agrária (entrevista VIII)

As questões mencionadas no referido encontro de técnicos, bem como as entrevistas, nos remetem ao passado, à construção de uma concepção mais consolidada onde a responsabilidade do técnico (a) extrapola o simples assessoramento no âmbito técnico produtivo. Espera-se que ele tenha uma visão do todo (do projeto do MST) e seja capaz de realizar uma prática social que, a partir do entendimento da situação, possa encaminhar os problemas encontrados, falando a linguagem do povo e de modo coerente com a estratégia da organização.

Quanto ao comportamento na assessoria técnica, os textos do movimento enfatizam que:

Estes profissionais necessitam ter sempre uma postura pedagógica. Pedagogia no duplo sentido. De desprendimento em sempre querer ensinar, repassar seus conhecimentos técnicos aos trabalhadores. E ao mesmo tempo de humildade em respeitar o saber popular e as experiências de vida dos trabalhadores. Precisam ter uma vocação de sempre estarem

pesquisando e conhecendo a realidade sobre a qual estão convivendo e interferindo, isso, antes de quererem dar respostas pensando tudo saberm. Como disse o velho pensador “Quem não pesquisa, não tem o direito de dar respostas.” (CONCRAB, 2004).

Uma contribuição dos entrevistados se refere à problematização da atuação na assessoria técnica que, além de integrar o conhecimento empírico, haveria de politizar as escolhas tecnológicas:

O Técnico é portador de um conhecimento Científico valorizando o conhecimento empírico. Junto da interação dos dois se constrói o conhecimento novo. Isso coloca outro elemento de relação diferente do que foi a extensão rural oficial tradicional de entender o camponês como receptor, objeto e não como um ser humano. O técnico deve ajudar achar explicações para os fenômenos técnicos e sociais ex: ajudar o camponês a entender a exploração capitalista, ou porque a produção do camponês está abaixo dos padrões produtivos normais (entrevista II).

Na concepção do MST, o técnico deve ter conhecimento, tanto da área técnica para dominar a ciência da produção, quanto no conhecimento político – pedagógico e no campo organizativo do assentamento, pois é por esse meio que, organizadamente, em núcleos de produção, vemos facilitado o trabalho coletivo do técnico junto às unidades familiares camponesas.

#### **4.4. Desafios para viabilizar concepção do MST**

As atuais condições de contrato formado entre contratante INCRA e prestadora COPTec, entre outras condicionantes, dificultam cada vez mais a possibilidade de ter um técnico (a) com o mesmo perfil que tínhamos no início - nas primeiras experiências viabilizadas através de convênio, que dava mais autonomia ao MST. Hoje é mais fácil termos um profissional mais preparado para atender a burocracia estabelecida no contrato INCRA do que encontrarmos um (a) militante que possa conhecer profundamente os passos da Luta Pela Terra, junto com a realidade dos assentamentos e com a funcionalidade de organicidade ao MST. O profissional que sai hoje das escolas técnicas ou das Universidades tem grandes limitações para posicionar-se e enfrentar o debate e as discussões políticas. Além disso, muitos deles ou delas são preparados para defenderem o atual modelo de

agricultura capitalista, tem dificuldade de realizar uma reflexão crítica sobre o mesmo e carecem de autoridade técnica para propor uma alternativa, para gerar o novo.

Outro limite encontrado e, mais grave ainda, é que nem todas as prestadoras que atendem os assentamentos, neste estado do Rio Grande do Sul, estão sob o controle do MST. Existem, aproximadamente, dez equipes técnicas nas regionais de assentamentos no estado que não estão vinculadas a COPTec. Ao todo, são nove equipes técnicas controlados pela EMATER, empresa institucionalizada pelo governo do Estado e uma equipe técnica controlado pelo CETAP, uma ONGs de assistência técnica com sede no município de Passo Fundo. Com isso, a questão de buscar o estabelecimento de organicidade com o MST fica muito a critério de cada profissional técnico (a), de sua própria história de militância, de seu perfil mais ou menos afinado a proposta do MST e dependente da autonomia conferida pelas prestadoras que também tem suas estratégias próprias de atuação.

Mesmo entre aqueles mais próximos ao MST a unidade em torno de uma mesma concepção de assistência técnica já não é tão evidente. Alguns entendem que os técnicos deveriam estar vinculados à proposta original, ou seja, haveriam de ter uma dedicação maior a causa da Reforma Agrária, permanecendo muito próximos das discussões e decisões do MST e, mesmo, haveriam de ajudar a “tocar o Movimento”, fazendo, em muitos casos, o papel dos dirigentes. Outros entendem que os técnicos deveriam ser conhecedores da proposta do MST, estarem organicamente vinculados a ele, mas não substituir os dirigentes políticos, exercendo exclusivamente as atividades técnicas – que tem competência para desempenhar- conjuntamente com a organização. Mas existem também posições por parte de alguns entrevistados, principalmente as entrevistas VII e VIII, no sentido de que os técnicos estão contratados para dar respostas técnicas aos assentamentos, não cabendo se envolverem com as discussões políticas. O ponto que se revela central na diferenciação de posições, refere-se à questão da participação do técnico na direção política do movimento. Distinguimos, assim, um “continuum” que tem em um de seus extremos o técnico “integrante indiferenciado” do movimento, na posição intermediária o técnico “como assessor orgânico” e, noutro extremo, o técnico como “prestador de serviço técnico-produtivo” para famílias assentadas.

## **5 AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA ATUAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ASSENTADOS**

A avaliação da conjuntura atual da assistência técnica para assentados incluiu a descrição e discussão da perspectiva dos entrevistados avaliação da política de ATES do INCRA, avaliação das relações entre técnicos-COPTEC e famílias assentadas e alternativas visualizadas para a melhoria da assistência técnica.

### **5.1 Avaliação da política de ATES do INCRA/RS**

Os entrevistados, ao serem questionados se a política de assistência técnica atual (Programa de ATES do INCRA, com as reformas realizadas pelo INCRA/RS após 2008) atende às demandas e aos desafios das famílias assentadas, não revelaram muitas discordâncias de posições, apontando várias insuficiências na política atualmente vigente.

Os entrevistados entendem que essa proposta de assistência técnica desenvolvida pelo INCRA é insuficiente, pois não dá as condições necessárias para desenvolver os assentamentos. O entrevistado coloca:

É uma política insuficiente, que não dá conta nem das demandas mais urgentes das famílias, se não houver políticas complementares nas diferentes áreas de assistência técnica, sem um suporte do órgão que a contrata, não tem como ser executada com a devida eficiência (entrevista V)

Existe muitos assentamentos onde falta propiciar aos assentados a infraestrutura básica como estradas, serviços de saúde e uma educação de qualidade.

Os entrevistados consideram que o novo projeto do contrato de ATES está engessado dentro da institucionalidade do Estado de modo que a proposta é considerada muito “chapa branca”, não se colocando a serviço de um projeto de transformação social. Tal orientação se revela nas ações da equipe técnica, que são mais pontuais, não tratam das questões de infra-estrutura dos assentamentos e



carecem de articulação com outras políticas que seriam necessárias para dar as condições mínimas para o trabalho do assentado.

Outra crítica parte da consideração da política de reforma agrária como um todo, percebida como política compensatória que não persegue a criação de condições de efetiva viabilidade econômica nos assentamentos. Coloca-se que a reforma agrária requer uma política agrícola que possa dar sustentação a um novo projeto de agricultura para o País, fortalecendo a unidade de produção camponesa.

Identificamos, também, que os entrevistados consideram que os termos de financiamento da ATES não favorecem prestadoras como a COPTec:

Esta maneira não responde, porque é uma precarização no contrato de trabalho, precarização das condições objetivas e, portanto, o atual contrato favorece as instituições oficiais de assistência técnica. A empresa oficial aqui no estado – EMATER - recebe apoio das prefeituras onde estão instaladas ex: Município de Tupanciretã tem um custo de R\$ 900,00 por técnico, esta é a média por estado. Uma entidade que recebe das Prefeituras e recebe do Estado - toda infra-estrutura paga pelo Estado -, este tipo de política pública favorece instituições oficiais que podem ficar até 3 a 4 meses de salário, sem receber do INCRA e não sente nada porque o Estado garante folha de pagamento. (entrevista II).

Conforme entrevista II, este contrato da assistência técnica representado pela ATES também está em descompasso com processos estruturantes dos assentamentos. Os entrevistados elucidam que, no início, quando era convênio, existia um certo controle do MST e, então, “dava para pensar uma assistência técnica junto com ações formativas e educativa” e que nesta nova modalidade tudo está sob coordenação do contrato – que confere exclusividade as metas técnicas, o que não favorece a sustentabilidade organizacional da prestadora e formação sócio-política dos assentados. Esclarecem ainda que, com o compromisso de atender, na área agrária, 170 famílias por técnico (a) e, na área social, 250 famílias, fica difícil fazer um bom trabalho, sobretudo se considerar-se a necessidade de atendimento individualizado. Além disso:

A COPTec neste padrão de contrato não tem condições de construir unidade seja nos aspectos administrativos, metodológicos, nas relações que se estabelece entre os técnicos, seja no planejamento estratégico. Como não tem um suporte oficial que as outras empresas têm, a COPTec repassa isso para a direção do MST, quando tinha o convenio os articuladores políticos internos estavam sobre o controle político do MST junto com o coletivo de produção, ai sim tinha condições de ter mais unidade e cumprir com as demandas (entrevista II)

Este trabalho da assistência técnica para atender a demanda deve ser feito em nucleação ou grupo de produção, avançando para formação de grupos gestores que dominam toda cadeia produtiva da matriz produtiva, neste meio ela cumpriria seu papel. Estamos avançando nos trabalhos com as mulheres, mas ainda há um limite no trabalho com a juventude, sendo que em alguns locais está sendo resolvida com chegada das agroindústrias e a comercialização nos assentamentos. (entrevista III)

## 5.2 Avaliação da relação entre técnicos - COPTEC-famílias assentadas

Ao questionar-se como está a relação entre técnicos, prestadoras e famílias, são referidas algumas preocupações. Entrevistados apontam problemas na relação entre técnicos e COPTEC:

A relação com os técnicos e a COPTEC já foi mais bem, devido a outras modalidades de convênios que era nós mesmos que planejávamos e executávamos. Mas por força de outras modalidades de contrato, onde retira poderes de planejamento e execução da COPTEC e joga para a contratante INCRA por ai começou um desgaste maior porque me parece que a nossa relação de confiança e companheirismo está passando para relação de patrão e peão. (entrevista I).

Antes da vigência da modalidade contrato, a relação da COPTEC com as equipes técnicas era uma relação de confiança, de companheirismo, de autonomia para as equipes. Havia um esforço de interpretar as linhas estratégicas do movimento, criando identidade com os projetos técnicos, o que conferia muita importância para as equipes técnicas. Esta dinâmica muda quando, através do atual contrato, a contratante INCRA exerce uma pressão quanto à orientação dos serviços sobre a prestadora COPTEC, que passa a dar ordens. Outro entrevistado apresenta uma avaliação positiva da atuação da COPTEC:

Na relação da COPTEC melhorou a comunicação - agora com a página na internet todas as equipes têm acesso direto tanto para receber ou mandar informações, com os técnicos novos existe problemas de falta de experiência de entender o método. Outro limite está na capacitação para atender as demandas, também é preciso melhorar o entendimento do Método de Validação Progressiva (MVP). (entrevista III)

Na relação entre as famílias e as equipes técnicas existe uma diversidade de concepções: as famílias que são mais vinculadas ao Movimento têm mais

sensibilidade e dão mais apoio ao técnico, porque elas compreendem que as equipes, por mais dificuldades que tenham, são partes de uma luta que interessa a elas também. Os entrevistados expõem:

Pela experiência que tenho aqui na região que trabalho, posso dizer que temos uma boa relação com as famílias, acredito por sermos da COPTEC facilita esta relação. As famílias nos identificam como parte do processo de conquista das lutas do MST. Mas acredito que esta relação não é padrão em outras regiões. (entrevista V).

Outra forma de avançar no entendimento com as equipes nas regionais é quando se pode ter uma direção política com respaldo da base, que ajuda a dirigir e a organizar a região.

Com relação às famílias onde as direções regionais ajudam a fazer as discussões políticas e estão junto com as decisões econômicas, as coisas andam mais fácil onde não tem este apoio fica mais difícil o entendimento. (entrevista III).

Onde a organização do movimento é forte, fica mais fácil da equipe técnica exercer seu trabalho junto e com o apoio das instancias de direção. Neste caso, falar das equipes é falar do próprio Movimento e falar do movimento é referir-se a elas mesmas. Mas isso só ocorre quando tem uma adesão das equipes técnicas ao projeto estratégico inicial do MST. As críticas mais fortes a atuação do técnico vem de locais onde domina a compreensão de que o técnico é simplesmente "técnico" (aconselhador na área técnico-econômica) e de que precisa trazer as respostas que eles estão esperando. Na verdade essas famílias se manifestam assim porque estão mais afastadas do MST.

Parece-me que a relação dos técnicos com as famílias é boa, e se consegue tratar dos diversos temas, enxergar o conjunto das demandas de forma integrada, apesar de haver exigências e cobranças de todos os níveis, desde expectativas de resolução de problemas que são estruturais, que não dependem da assistência técnica. Famílias que estão afastadas da organicidade do MST cobram dos técnicos uma articulação e presença da organização e a ATES se torna referencia no assentamento, seja porque está atuando no trabalho concreto, seja porque é militante, ou pela ausência das direções em alguns momentos da vida dos assentamentos (entrevista IV)

Outra questão importante, surgida em algumas entrevistas, é a que se refere a relação dos técnicos com as famílias assentadas. Esta é melhor nos casos em que

as visitas técnicas nas unidades produtivas (lotes) são mais freqüentes. O entrevistado V coloca:

Outra coisa que facilita esta relação é a presença constante dos técnicos nos assentamentos. Os assentados gostam de ser visitados ainda mais quando as visitas são diretamente às famílias. Os assentados gostam de estar informados do que está acontecendo (entrevista V).

### **5.3 Alternativas para melhoria da assistência técnica**

Em relação a esse aspecto, solicitamos aos entrevistados que respondessem o que poderia ser feito para melhorar o desempenho do trabalho da assistência técnica nos assentamentos.

Pelas entrevistas sabemos que grande parte das equipes enfrentam dificuldades em seus núcleos operacionais. São diversos os fatores que causam dificuldades: recursos humanos mal preparados, infraestrutura deficiente, insuficiência no acompanhamento às equipes, dificuldades nas relações humanas entre técnicos, nas comunicações, no dialogo com a institucionalidade vigente. O reflexo é a identificação de uma assistência que clama para ser ouvida, que se não melhorar estará “com as pernas curtas”, carregando uma culpa que não é somente dela.

Na parte externa devemos ter condições objetivas do programa, precisamos de apoio na parte de infra-estrutura, este ano precisamos resolver este problema inclusive ampliação dos valores para dar melhores condições. Um técnico agrário atender a até 170 famílias e um social atender até 250 para demandas dos assentamentos desse jeito não responde, não qualifica. (entrevista II).

Para nós o trabalho social deve ser compreendido enquanto instrumento da transformação social da busca de autonomia e qualidade de vida das famílias, mesmo que em alguns momentos as questões sociais sejam compreendidas enquanto temas específicos, como saúde, educação, trabalho com os jovens, com as mulheres, com a terceira idade, entre outros, não menos importantes, mas sem a perspectiva estratégica. O grande desafio é não tratar o trabalho desvinculado de várias ações que envolvam o conjunto da vida, no caso aqui do assentamento. (entrevista IV).

Analisando as entrevistas, tanto as que foram destacadas neste trabalho, como as demais que serviram de subsídio para a interpretação, percebemos que a

maioria dos entrevistados teve uma visão consensual, que aponta para necessidade de melhoria nas condições de trabalho das equipes. Há necessidade de melhoria na infra-estrutura, para que seja adequada para um bom trabalho de assistência técnica. Mesmo que consideremos que este serviço deveria ser exercido por organizações públicas, que deveria ser assumido pelo Estado, quando este não o assume deveria dar as condições para os parceiros ou prestadoras, que tem certa afinidade com os assentamentos, assumirem este trabalho. Conforme depoimento:

É preciso ter políticas públicas para os assentamentos, nós não temos políticas agrícolas, então se as famílias não conseguem ter renda elas acabam se desmotivando para atividade, se não temos política de saúde, educação, infraestrutura as coisas não andam e alguém tem ser culpado, pois somente quem vai nos assentamentos são os técnicos por isso a culpa sempre é do técnico. Precisamos que os governos invistam massivamente nos assentamentos principalmente no preço dos produtos, subsídios e garantia de mercado que é para desmonopolizar as cadeias produtivas tradicionais do campo e fortalecer as famílias assentadas. Então hoje essas políticas de fortalecer o modelo dominante da agricultura o agronegócio acaba deixando de lado a agricultura camponesa e deixando o técnico muitas vezes sem ação, porque os instrumentos do estado o crédito, a mídia são imensamente mais fortes que os instrumentos da assistência técnica. (entrevista I).

Na visão do entrevistado II, a COPTEC tem sofrido discriminação pelas instituições públicas, pois não é tratada com respeito pelos órgãos governamentais. As entrevistas também mencionam a falta de uma política agrícola como política de Estado, dando as condições necessárias para as unidades de produção camponesa permanecerem no campo. Foi destacado que, nesta tarefa de assistência técnica, cada um dos atores envolvidos deve assumir uma parcela de responsabilidade. Tem os compromissos do Estado, que já mencionamos anteriormente, junto com um bom programa de assistência técnica com recursos suficientes. Tem a tarefa que compete às Regionais de assentamentos, que é dar todo acompanhamento necessário, com a necessária agilidade na organicidade com os núcleos de famílias, discutindo a possibilidade de irem praticando um novo modelo de agricultura com a prática em agroecologia. As Regionais devem ter esta capacidade de fazer, junto com a suas direções e as equipes técnicas, um bom planejamento das atividades, nunca esquecendo a qualificação que todos (as) devem ter para estarem preparados, com uma boa formação profissional, tanto técnica como política.

Precisa haver formação de campesino a campesino, e trabalhar dentro do método proposto de assistência técnica onde cada um tem o seu papel a desempenhar, conhecendo bem o território que sempre está em disputa.(entrevista III).

Nesse sentido, constatamos que, mesmo que os assentamentos tenham conquistado o seu espaço, avançando sobre o território do latifúndio, somando até hoje no Estado mais de 300 assentamentos, ainda assim não é realizada a Reforma Agrária de verdade. Tomando como referencia aquela proporcionada pelo Estado, vemos que consistem apenas em políticas de assentamento, dependentes da vontade política de cada governo. Esses territórios, que hoje são repartidos, precisam se desenvolver e mostrar sua participação na produção de alimentos saudáveis. Em virtude das diversas limitações encontradas a maioria dos assentamentos está sendo submetida à lógica do capital, que aparece, freqüentemente, de forma dócil, levando a que os assentados caiam nas armadilhas fáceis dos inimigos. Nesse campo está também a Assistência Técnica que também avança e recua, entendendo as contradições que batem nos limites da sua capacidade.

Enquanto a assistência técnica não for tratada como política de Estado, dentro de um grande projeto de Reforma Agrária, com democratização da terra, política agrícola e ambiental, que possa multiplicar a sementeira da pequena propriedade camponesa, ela estará sempre limitada e insuficiente, vulnerável as outras demandas e prioridades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, analisando o desenvolvimento da agricultura no Brasil, os investimentos públicos nas pesquisas e difusão de tecnologias para o campo, percebe-se que a Extensão Rural sempre esteve cumprindo rigorosamente com agenda da agroexportação, favorecendo os interesses do grande capital no campo brasileiro.

A busca por riqueza e matéria-prima fez os europeus atravessarem o Atlântico e também outros oceanos no final do século XV e início do XVI, possibilitando a exploração das colônias das Américas, África, e chegando às Índias. Os países europeus desenvolveram suas habilidades de conhecer os oceanos e construíram grandes embarcações marítimas, dominando a arte das navegações.

O Brasil, desde 1500 sempre foi um grande fornecedor de matérias -primas, abastecendo a demanda européia, seja mediante extração vegetal - com o Pau-Brasil-, mediante os roubos de animais vivos ou de seus derivados, ou mediante a exploração de minerais, começando pelos metais preciosos como Diamante, Ouro, Prata, incluindo Cobre e assim segue a lista de riquezas exploradas, que aumenta até os dias de hoje. Nossa riqueza, representada em componentes da natureza, foi brutalmente deslocada das nossas reservas para satisfazer a ganância do Capital.

Sempre tivemos um desenvolvimento da agricultura subordinado à lógica do Capital, excluindo milhões de camponeses, transferindo a força de trabalho do campo para a nascente indústria na cidade, priorizando a monocultura do modelo inglês da *plantation*, do Brasil agroexportador. Em meados do século XX a aplicação da cartilha dos Estados Unidos da América para a agricultura, denominada de “Revolução Verde” no campo, foi mais um fator a reforçar o êxodo rural, a concentração da terra e da tecnologia, desenvolvendo com mais intensidade a ação modernizante do capital no campo. Mas, em contrapartida, nesse período começam as mobilizações sociais em vários países, que foram sendo sufocadas com a força das ditaduras militares que, ao serem dominantes, fizeram uma varredura em vários países da América, inclusive no Brasil. Lembramos que, em plena ditadura, com a Lei - AI5, com os militares prendendo, torturando e matando pessoas, a maioria dos

brasileiros estava em festa, festejando a Copa do Mundo “Brasil Tri- campeão” de futebol em 1970.

Com a ditadura militar enfraquecida, o Brasil foi caminhando com largos passos para a redemocratização. Nesse contexto, é retomado, através da força da luta social no campo, o movimento que se intensifica com o surgimento, oficial, do MST em 1984. Ainda no final da década de 80, surgem os primeiros assentamentos, sob uma influência religiosa muito significativa. Com os assentamentos começa a preocupação em criar as primeiras associações de máquinas, grupos coletivos, as cooperativas, todos em resposta a uma preocupação com a produção, que deveria ser a marca que comprovaria para a sociedade a viabilidade concreta dos assentamentos.

Preocupada em dar resposta à sociedade, nesse momento, a direção do MST reconhece a demanda pela assistência técnica, colocando o desafio de construir equipes que tivessem as condições técnicas de elaborar bom planejamento, dando resposta às perguntas relacionadas às linhas de produção viáveis em cada local. Porém, requeria-se que esses técnicos entendessem, também, a conjuntura política do momento, porque trabalhar com movimentos sociais é diferente do que trabalhar em uma empresa qualquer, pois o técnico, pelo menos, deve entender a natureza da sua luta, nunca perdendo de vista a compreensão da organicidade do Movimento Social. A organicidade do movimento, por outro lado, é percebida como o caminho aberto para o diálogo com as famílias, ainda quando muitas delas estavam pré-assentadas.

Assim, o MST além de continuar avançando na busca da ocupação de novos espaços para a criação de novos assentamentos, teria que garantir, nas áreas ocupadas, a sobrevivência das famílias, sabendo que uma região é diferente da outra. Os cultivos da região norte do estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, têm dificuldade de se adaptarem na região sul, de modo que as linhas de produção devem ser diferentes, já que o clima é diferente e a qualidade da terra também.

Dessa maneira, os assentamentos ultrapassaram a linha divisória entre norte e sul, entre leste e oeste e foram se materializando em quase todas as regiões do Estado do RS, chegando até aos limites das fronteiras do Brasil com Argentina e Uruguai.



Com relação à pesquisa, queremos dizer que esta foi motivada pela intenção de estudar algo novo, algo que ainda não havíamos nos desafiado a estudar no MST. Com relação à concepção de assistência técnica, buscamos resgatá-la a partir de um olhar externo, que retoma toda trajetória percorrida como Movimento Social na consolidação da luta pela terra, observando como esta derivou na construção de estratégias de assistência técnica, mesmo considerando que esta haveria de ser uma política pública de responsabilidade do Estado.

Chamou atenção o modo como o MST consolidou suas equipes, como buscou assegurar condições necessárias para viabilizar o trabalho técnico, esperando que este atuasse não somente como técnico, mas que lhe fosse possibilitado, também, representar o papel do dirigente do assentamento ou da regional. Sabemos que muitos técnicos foram se aproximando do MST por já ter um entendimento da causa, da militância, em virtude de atuação em outros campos dentro da esquerda. Muitos desses técnicos vieram do Movimento Estudantil. Outros se engajaram por aproximação pessoal a membros do MST, como familiares acampados ou assentados. Mas, cabe reconhecer que alguns se vincularam ao MST ao se decepcionarem com outras militâncias, seja nas Igrejas ou nos Partidos Políticos, ou até mesmo em outros Movimentos Sociais.

Na entrevista I, por exemplo, podemos retomar que o entrevistado, depois de passar pela organização estudantil como estudante da universidade - onde teve formação acadêmica e uma longa militância política filado ao PT- referiu a grandes decepções com o partido, devidas a mudança de estratégia política. Segundo o entrevistado, o partido não correspondia mais com os princípios de transformação social, por isso pediu desfiliação do mesmo e optou por integrar a luta social do MST como acampado. Ali teve mais tempo de estudar o movimento em um todo procurando entender mais sobre a prática do mesmo. Com relação à política de assistência técnica, relata que se sentiu identificado com a concepção do projeto de assistência do MST, em vigência até aquele momento nos assentamentos da Reforma Agrária. A atuação do MST neste âmbito visava contrapor-se ao modelo tradicional do capital trazido pela “Revolução Verde”, hoje representada pelo agronegócio. Como vimos nessa entrevista, mesmo tendo uma formação acadêmica na Universidade, uma militância no movimento estudantil e militância no partido por vários anos, o entrevistado somente conseguiu encontrar uma afinidade

de proposta com de transformação social que almejava na prática de convivência de um acampamento onde teve de estudar mais sobre a proposta do MST, a concepção do mesmo sobre a Assistência Técnica. Assim se formou uma geração de técnicos, alguns deles continuam ativos até os dias de hoje, e estes, além de atuarem como “ técnicos” responsáveis por orientações tecnico-economicas, na prática têm também uma postura de dirigentes políticos da organização.

Também descobrimos nas entrevistas que existe uma outra geração de técnicos. Estes conhecem a concepção de assistência técnica do MST, defendem suas normas, seus princípios, suas estratégias e são orgânicos do MST, mas na prática agem somente como “técnicos”, não se colocam à disposição para substituir as lideranças, os dirigentes dos assentamentos.

Este estudo mostrou ainda que existe uma terceira geração de técnicos que tem dificuldade de demonstrar conhecimento da conjuntura política e que conhecem ainda muito pouco o MST. Muitos desses são recém formados na Universidade ou nas escolas técnicas e se responsabilizam exclusivamente por tarefas técnicas. A atuação desses converge com as expectativas com algumas famílias assentadas que querem respostas técnicas imediatas, muitas delas individualizadas.

Se olharmos as definições a que chegamos, neste trabalho, queremos acrescentar uma avaliação indicativa de que hoje vivemos em outro contexto conjuntural, distinto das várias conquistas que antes aconteciam na base da pressão, com o povo na rua fazendo luta. Estamos hoje vivendo um descenso da luta de massas, que vem abalando não somente os Movimentos Sociais, mas toda a esquerda brasileira e sem previsão de reversão desta tendência. O Estado vem propiciando alternativas de políticas, mas estas não resistem a uma análise mais crítica e rigorosa que revela que são insuficientes ou compensatórias.

No que se refere ao estudo da concepção do MST com relação à política de assistência técnica desenvolvida nos assentamentos da reforma agrária do RS, primeira pergunta do questionário, podemos concluir que os entrevistados revelam mais de uma concepção de modo que estas concepções não podem ser consideradas, propriamente, do MST, outrossim, são de integrantes do MST. Entre elas começaríamos expondo uma concepção que avalia a funcionalidade da assistência técnica para o todo do MST e que considera que esta pode ajudar até mesmo a dirigir o movimento, antecipando-se sempre aos problemas, buscando

soluções. Temos outro grupo que preconiza uma Assistência Técnica orgânica, integrada aos princípios organizativos do MST, mas os membros das equipes sempre agiram como técnicos (as). Temos ainda uma geração mais nova, que ainda está em formação, que trabalha com o entendimento de que cumpre apenas responsabilidades técnicas. Esse grupo tem dificuldades de entender o conjunto do MST e pode ter alguma influência na base menos politizada. Assim podemos ir concluindo que a pesquisa nos ajudou a entender que as concepções reveladas pelos entrevistados não são diretamente um produto de um processo de discussão de todas as instâncias, do conjunto do MST. Além disso, podemos afirmar que existe mais de uma concepção e que estas se encontram mais elaboradas entre alguns integrantes do MST, principalmente aqueles (as) que tem uma afinidade maior com o trabalho da Assistência Técnica, que são os técnicos (as) ou os militantes dirigentes, mais próximos do acompanhamento das equipes em suas bases de atuação.

Com relação ao método, antes era preconizado o organizacional participativo, ou MVP (Método Validação Progressiva) ainda muito lembrado quando se pensa nos planejamentos, entre outros. Hoje a dificuldades das equipes e do MST é retomar esta discussão sobre orientação metodológica.

Se olharmos as outras questões, quando se trata do perfil das equipes, antes tínhamos um perfil mais político, hoje temos um perfil mais técnico, com dificuldades de entender o âmbito político, agindo como se as coisas fossem desligadas umas das outras. Estes são defendidos por parte das famílias assentadas.

No que se refere às relações entre as equipes e a COPTEC, antes – no período dos convênios - as relações eram estabelecidas na base do companheirismo, com decisões mais democráticas, tomadas entre cooperativa e associados. Hoje se caracterizam como institucionais, sendo comparadas às relações entre patrão e empregados. É mencionado que, entre as famílias, existem muitas reclamações acerca das equipes da COPTEC, mas a intensidade desta depende muito da presença do técnico (a) no assentamento realizando visitas,, das demandas das famílias e da proximidade dessas ao movimento.

Se o trabalho de assistência técnica atendesse a demanda potencial, existiria falta de estrutura suficiente, de equipamentos e também para o deslocamento dos técnicos nas áreas. Com a obrigatoriedade contratual de atender 250 famílias para

cada técnico (a) da área social e 120 famílias para cada técnico das ciências agrárias, torna-se inviável realizar um trabalho de qualidade. Ainda, existe dificuldade de manter uma organização de prestação de serviços no modelo idealizado pela COPTEC, devido a diversos fatores, inclusive a discriminação que existe por parte do Estado, que faz com que uma empresa tenha todo apoio estatal e outra precise caminhar com suas próprias pernas. De um modo geral, os profissionais da assistência técnica precisam estar constantemente se atualizando, estudando pesquisando novas metodologias para facilitar a intervenção junto com as bases assentadas.

Por fim, poderíamos dizer que no início tínhamos como princípio uma estratégia política de lutar pela terra, fazendo a mesma produzir e, além disso, manter a luta pela Reforma Agrária, com política agrícola consistente, envolvendo o conjunto da sociedade para a transformação social. Hoje podemos dizer, por força das mudanças de conjuntura, que a Assistência Técnica, como política pública, está mais burocratizada e está fora de nosso controle. Estamos vivenciando uma Assistência Técnica institucionalizada, engessada, situação comentada nas entrevistas anteriormente mencionadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, H. M. de **Planejamento pelo Método de Validação Progressiva, MVP**. Curitiba, 2004. Versão II, Atualizada.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo Expressão Popular, 2004.

DALBIANCO, V. **A Construção de uma extensão rural diferenciada para as famílias assentadas**: O Programa da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço**. Record, 2003.

CONCRAB. **Metodologia de Trabalho e de Inserção da Assistência Técnica no MST**. Brasília:CONCRAB, 2004. Caderno de Cooperação Agrícola n.14.

GUTERRES, E. **Agroecologia Militante**: Contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NEVES, L. MACHADO, H. **O Imperio do Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, A. C. de **Trabalho da disciplina “Pré-História”**. Apresentado no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Paraíba, 2004a. Não publicado.

OLIVEIRA, A. C. de **Possibilidades e Limites da Cooperação Agrícola no MST, RS**. Trabalho apresentado ao Curso de Extensão realidade Brasileira ofertado pela Universidade federal de Juiz de Fora/ Escola Nacional Florestan Fernandes, 2004b. Não publicado.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: Uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

PINHEIRO, S. **Máfia dos Alimentos do Brasil**. Editora Eco Vida: 2005.

PINHEIRO, S. **A agroecologia e a Crise Civilizatória**. Mimeo,2005.

REGINA, N. O papel da assistência técnica nos assentamentos. In: MST. Setor de Produção. **Propostas de Políticas Públicas para Assentamentos Rurais**. São Paulo, outubro de 2010. Não publicado.

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro, A Formação e o Sentido do Brasil.**, São Paulo, Companhia das Letras,1999.